

Um olhar solidário

A Escritura dos Silêncios. Assia Djebar e o discurso do colonizado no feminino.

SOARES, Vera Lucia.

Niterói: EDUFF, 1998, 265 p.

O exame da trajetória pessoal e literária da escritora argelina Assia Djebar, de origem árabe muçulmana mas com formação intelectual francesa, constitui-se no eixo da abordagem de Vera Lúcia Soares. Para análise das diversas peculiaridades de seu objeto, vale-se Soares de alguns dos mais conceituados teóricos - Roger Chartier, Paul Ricoeur, Todorov, entre outros -, utilizando-os de forma primorosa, com vistas a dissecar a obra de Assia Djebar, sob os mais diversos ângulos. Deve-se, igualmente, acentuar a bibliografia especializada a que recorre para nos fazer conhecer aspectos significativos da realidade maghrebina, em especial da Argélia, já que a problemática da mulher árabe muçulmana combinada à colonização francesa constitui-se em questão privilegiada no discurso da romancista. Aliás, no que tange à questão do gênero, fundamental na sua abordagem, Soares entrelaça à sua narrativa significativas contribuições da recente produção neste campo, das quais ressalta a proposição de Joan Scott de que o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Revela-se Soares uma historiadora de porte, construindo uma trama através da qual podemos acompanhar as contradições presentes na realidade existencial de Assia Djebar e expressas na sua produção, na qual mescla história e ficção, dando-nos uma outra visão da história recente de seu país - a visão híbrida de uma mulher árabe-muçulmana, mas de formação intelectual francesa. E, a partir dela, deparamo-nos com um painel das vicissitudes

femininas no seu país de origem, articuladas às transformações ali processadas.

Além de historiadora - este trabalho foi apresentado, inicialmente, como tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFF - Vera Soares atua no mundo das Letras, sendo professora de língua francesa e literaturas francófonas na mesma Universidade. Fato que justifica não apenas a beleza do texto, elaborado com sensibilidade e maestria, mas que se constitui em elemento decisivo para uma feliz articulação da História Cultural com seus conhecimentos literários, iluminando uma série de aspectos fundamentais da obra romanesca de Assia Djebar.

"Assia Djebar é um exemplo vivo da dicotomia, ou ainda, a personificação do paradoxo", afirma Soares com relação ao discurso mas também à carreira e à própria vida da personagem em foco. E é sobre estes aspectos que gira a primeira parte de seu trabalho. Analisa no primeiro capítulo a presença de tais dicotomias, paradoxos e contradições na vida pessoal e profissional da romancista; destaca no segundo a presença de tais elementos na obra, além de salientar o propósito de Djebar em transformar sua escritura "no som da palavra perdida" das mulheres de sua cultura, na qual a segregação sexual se faz presente.

Um emblema dessas contradições, no âmbito pessoal, revela-se no motivo que a levou à escolha de seu pseudônimo. Fatima - Zohra - seu nome de registro - temia que seus pais soubessem que tinha escrito um romance, pois, enquanto mulher muçulmana estava transgredindo os costumes de sua cultura. O que, por outro lado, revela uma extrema contradição, numa mulher educada nos moldes europeus sob a condescendência do pai. Assim sucedem-se situações semelhantes apontadas nas posições e atitudes que pontilham a trajetória da romancista. Entre elas, a ênfase no seu papel de esposa tradicional, tônica de suas entrevistas na década de 1960, contrastando com o comportamento ocidentalizado das heroínas de seus

livros. Não admitir sua assimilação à cultura do outro, assim como desvincular seu papel de romancista daquele de mulher, são preocupações que emergem daquelas declarações.

Assim, depois da publicação de *Les Alouettes Naïves* (1967), ao constatar o caráter autobiográfico de sua escritura, dando-se conta de que o privado tornava-se público, decide parar de escrever, mantendo-se durante treze anos nessa postura. Mais uma vez, segundo a análise que faz a posteriori, a educação árabe, diante do desvelamento de sua intimidade, teria contribuído para tal decisão. Ao que Soares acrescenta a sua dificuldade em ter que escrever em francês, a língua do outro, num momento de forte nacionalismo na Argélia recém-independente, que começava sua campanha de arabização. Manifesta, inclusive, o desejo de escrever em árabe, de impossível realização por não dominar o árabe escrito.

Mas em qualquer circunstância de sua vida profissional, marcada por oscilações entre a Literatura, a História - disciplina em que se diplomou na Tunísia, ao acompanhar seu marido ao exílio em 1958 - e o cinema, manteve-se fiel ao seu propósito: expressar através de sua obra a voz da mulher muçulmana. Seu primeiro filme, *La Noubia des Femmes du Mont Chinoua*, lançado em 1978, Grande Prêmio da Bienal de Veneza, em 1979, tem como principal assunto o papel das mulheres na transmissão oral da história nacional. O cinema, segundo Djebbar, constituiu-se numa forma de reencontrar-se com sua cultura, permitindo-lhe criar em sua língua materna. Ao resgatar essa dívida, sente-se impulsionada à retomada de sua produção romanesca. Conscientiza-se de que é na produção romanesca que encontra espaço para expressar os paradoxos e contradições que marcam sua trajetória de ex-colonizada. Também, da possibilidade de dar forma às suas pesquisas históricas, cruzando essas duas narrativas. Tal decisão marca sua reconciliação com a língua francesa, assumindo-a como principal instrumento de criação. Hoje, constata que seu olhar crítico quanto ao rumo tomado pela Argélia só lhe é possível por escrever nessa língua, expressando-se um novo paradoxo - a língua do antigo opressor torna-se a língua da liberdade.

Portanto, seu percurso de escritora mantém-se marcado, na feliz expressão de Soares, pelo "paradoxo primordial", o de expressar sua cultura árabe-muçulmana na língua do outro, a língua francesa, e na sua forma literária por excelência - o romance, que é o objeto de estudo do segundo capítulo. E é dentro desse

contexto paradoxal que a autora situa o conjunto da obra romanesca de Assia Djebbar. Conjunto que se produz em dois tempos, face à interrupção de sua produção literária, permanecendo, porém, a mesma temática - a condição da mulher árabe muçulmana. O primeiro tempo corresponde à época colonial em que a romancista passa da alienação com relação aos problemas políticos de seu país a uma literatura engajada que tomará vulto no segundo período, pós-independência, marcado pelas crises sociais e políticas, especialmente, pelo retrocesso no que tange à condição das mulheres. A promulgação do Código da Família, em 1984, opõe-se às aspirações de igualdade e liberdade para as mulheres, difundidas durante a guerra. Inspirado no direito religioso islâmico, fixa uma moral repressiva e a sujeição da mulher. Acresce-se a este quadro o crescimento do fundamentalismo, ameaça crescente às reivindicações das mulheres.

E diante da situação vigente - o uso do véu, a manutenção da poligamia, o enclausuramento, a discriminação - considera que cabe principalmente às mulheres escritoras desenvolver críticas apontando para a possibilidade de mudanças completas nessa sociedade. Dessa forma, Assia Djebbar desenvolve uma produção, quase que militante, totalmente voltada para a problemática feminina em seu país, embora sem prejuízo de seu caráter de criação artística. E apresenta para as mulheres a única saída possível: a solidariedade, que se realiza no diálogo de mulher para mulher no sentido da descoberta e da exploração das múltiplas diferenças. Este tema encontra seu ápice no romance *Ombre Sultane* (1987), que tece um diálogo entre duas mulheres argelinas aparentemente opostas, mas que se encontram na diferença. Também, em *L'Amour; la Fantasia* (1985), romance onde se cruzam autobiografia, história e ficção, ocorre este diálogo mas da escritora consigo mesma e com a história do seu povo, na busca incessante de uma identidade, seu tema central.

Embora *L'Amour; la Fantasia* seja considerada a obra autobiográfica de Djebbar, segundo Soares, todos os seus romances são, de alguma forma, autobiográficos, porque é a partir de suas vivências pessoais ou coletivas que ela os constrói. Ao cruzar depoimentos, entrevistas da escritora com trechos de seus romances, fornece inúmeros exemplos em que tal realidade pode ser constatada. Um desses exemplos é uma declaração da escritora lembrando um episódio característico da contradição em que vivia.

Sua ida, às escondidas, na companhia de suas tias, a um baile popular, comemorativo da festa nacional francesa, em que para não ser reconhecida cobre-se do véu ancestral, apesar de seu pai tê-la liberado de seu uso. Na praça, apreciando as danças, é invadida pelo ritmo das músicas européias, invejando as meninas francesas que podiam dançar em público. Tais fatos são igualmente relatados em seu romance *Les Alouettes Naïves*, evidenciando não só sua ambigüidade cultural como o caráter autobiográfico de sua obra. Portanto, como assinala Soares, é no entrecruzamento da ficção com a autobiografia e a história que sua escritura se realiza, através de uma escritura paradoxal, já que utiliza a língua do outro para expressar a cultura materna, o que engendra todo um jogo de contradições e ambigüidades. Cabe, porém, acentuar que, embora calcada em sua experiência de vida, a obra de Assia Djebar não é totalmente autobiográfica. Vale-se a romancista igualmente de narrativas de várias outras mulheres argelinas com quem conviveu. Daí considerar Hafid Gafaïti que o eu no caso da escritura de Assia Djebar “é portador de uma expressão e de uma mensagem que não são apenas pessoais, mas coletivas”.

E é através da ficção que Assia Djebar concretiza o seu projeto literário, o de expressar os múltiplos silêncios das mulheres árabes-muçulmanas, ao mesmo tempo em que vai incitá-las à ruptura desse silêncio. Romper o silêncio do olhar, verdadeira obsessão de várias personagens da romancista, é o primeiro passo; em seguida, o do corpo, sempre coberto, destinado unicamente a atender aos desejos do marido e à procriação. Simultaneamente, porém, apresenta cenas desmentindo a submissão e a passividade de mulheres tradicionais, que se recusam a seus maridos ou à maternidade. Aliás, são inúmeras suas personagens que recusam o sexo como sinônimo de procriação. Personagens, pouco a pouco, rompem o silêncio de seu corpo: expondo-o ao sol e ao olhar de um estranho; arrancando os véus em plena rua e, ainda, descobrindo o prazer do sexo no casamento, algo inusitado aos padrões muçulmanos. Djebar também rompe o silêncio da história oficial com relação às mulheres, ressuscitando suas vozes, ao reconstituir suas histórias e as histórias contadas pelas avós. E, dessa forma, ressuscita a memória do passado, desta cultura de tradição principalmente oral, da qual a mulher foi a principal transmissora. Em *L'Amour; la Fantasia*, tenta reescrever a história da conquista da Argélia pelos franceses superpondo dois tipos de fontes:

a história contada pelo conquistador e a história transmitida por suas ancestrais. Mas não se limita a dar voz à memória coletiva; ela vai ressuscitar, também, a palavra da contestação feminina que, na sua opinião, marcou o início da história islâmica.

A vivência simultânea em dois universos culturais distintos, de um lado, o mundo familiar e, do outro, o mundo da escola francesa - no qual ingressa aos cinco anos levada pelo seu pai - fundamenta grande parte da obra literária de Assia Djebar. Em seu romance autobiográfico, *L'Amour; la Fantasia*, a romancista considera que essas duas aprendizagens concomitantes mas tão diversas a instalaram numa “dicotomia de espaço”. Já ali, segundo detecta Vera Soares, esboçar-se-ia seu conflito de identidade. Na verdade, continua Soares, não se trataria, apenas, de uma dicotomia de espaço mas também de tempo, pois cada um desses espaços culturais representam concepções diferentes de temporalidade. Aprofundando esta questão, analisa na obra de Assia Djebar o cruzamento desses modos distintos de conceber e experimentar tempo e espaço, problemática tratada na segunda parte da obra, intitulada *O Discurso Literário de Assia Djebar: Reconstrução de um Tempo Histórico Vivido*. Pautando-se na perspectiva de Paul Ricoeur, mostra Soares como a romancista faz de sua narrativa literária o espaço maior da realização desses conflitos e paradoxos temporais, inclusive o paradoxo do tempo lingüístico: o de expressar a oralidade da cultura materna, árabe-muçulmana, através da escrita em língua francesa. Assumindo-se como “produto” de um tempo de conflitos entre dois povos, duas culturas, compreende o caráter inelutável de seu destino que é o de conviver para sempre com os dois tempos lingüísticos, porque esta é a herança de dois séculos de colonização. Igualmente, compreende a razão de sua dificuldade em expressar seus sentimentos em língua francesa, já que o uso que dela faziam os colonizados estava sempre ligado às violências sofridas. E, conclui Soares, apesar de não dissolver os seus paradoxos temporais, Djebar torna-os ativos, transformando sua narrativa no espaço privilegiado para solucioná-los, ao menos, poeticamente.

Ainda, uma outra leitura é levada a efeito pela historiadora, no tocante à crise de identidade expressa na obra de Assia Djebar. Valendo-se das reflexões de Todorov, acerca da problemática da alteridade, interpreta esta crise como um conflito entre o **eu** e o **outro**. Nesse particular, considera que, enquanto coloniza-

da e mulher, o discurso da romancista se revela como expressão da busca do conhecimento do outro, não só do outro exterior, a cultura francesa, mas também, do seu **outro Interior**, a cultura árabe-muçulmana. Os primeiros romances da escritora são analisados sob a perspectiva da relação com o outro exterior, relação que se caracteriza pela tensão de viver entre duas culturas. Sem negar sua origem árabe-muçulmana, mastendo assimilado, ao mesmo tempo, a cultura francesa, ela assume a sua primeira diferença: a de ser colonizada porque o Ocidente já é parte do seu ser. Ao retomar a literatura, em 1980, predomina um novo embate, o do conhecimento do seu outro interior, as mulheres de sua cultura.

Vera Soares parte em seguida para o exame de uma questão que em sua opinião atravessa toda a obra literária de Assia Djebar: as razões da presença da segregação sexual em todo o período colonial, mantendo-se cada vez mais forte 30 anos após a independência. Para a primeira parte da pergunta, a escritora parece ter encontrado uma justificativa: durante a colonização, a tradição islâmica teria funcionado como forma de resistência à invasão cultural estrangeira. O incentivo francês para que as argelinas se desfizessem dos costumes tradicionais - o uso do véu entre eles - e a buscarem sua emancipação, de acordo com o modelo ocidental, foi visto como uma tentativa de desnacionalização e de desagregação da identidade argelina. E, de certa forma, ela mesma considera que naquele momento a manutenção do *status quo* foi a maneira de se preservar a personalidade argelina. Neste particular, Soares questiona tal interpretação, que reforça a imagem de vulnerabilidade de caráter tão comumente atribuída à mulher e fortemente arraigada no imaginário árabe muçulmano. Ao que acrescento que, embora em diferentes proporções, esta imagem não se encontra ausente do nosso imaginário ocidental. Mas, voltando a Soares, ela manifesta sua estranheza de que Assia Djebar, enquanto intelectual, não tenha contestado essa forma de agir, relevando-a em nome do discurso nacionalista vigente. Afirma que a historiadora peca por falta de distanciamento na análise dessa problemática, deixando-se levar pelo subjetivismo de colonizada. Depois da Independência, em meio à crise social e econômica em que se debatia o país, a justificativa para a continuidade dessa situação residiu na defesa do restabelecimento da identidade argelina, tendo como bases a arabização e a islamização, em nome da tradição islâmica.

Tendência que se radicaliza com o crescimento do fundamentalismo, agravando-se a condição das mulheres. A explicação é rejeitada por Assia Djebar, que questiona a manutenção da segregação sexual na Argélia, em nome de um pretenso respeito às tradições muçulmanas, quando na verdade o recurso ao Islã constitui-se numa estratégia de legitimação do poder utilizado pelos dirigentes nacionalistas após a independência. E Vera Soares inspira-se em Joan Scott para referendar tal posição, ao lembrar que um tema tão polêmico no Islamismo como a emancipação da mulher poderia acarretar uma ameaça a todo o sistema; assim, nada mais fácil "do que manter-se o *status quo*, assegurado pelas ordens natural (a oposição binária masculino/feminino) e divina (o Alcorão)".

Completando a linha de raciocínio seguida por Assia Djebar, com vistas a questionar as interpretações corânicas que postulam férreas leis com relação às mulheres, Vera Soares nos apresenta a iniciativa da mesma de investigar as origens do Islã, a fim de buscar vestígios para reconstruir o modo de vida das mulheres na época de Maomé. Djebar partiu do pressuposto do caráter inovador de Maomé na sua época, o que se mostra antagonico à mentalidade conservadora e misógina predominante na Argélia e nas diversas sociedades muçulmanas. Esta pesquisa histórica de Djebar constituiu-se na base do romance *Loin de Médine* (1991), no qual defende o ponto de vista que vem a ser o de outros especialistas da história islâmica: de que nos primórdios do Islã, na época do Profeta, não existia segregação sexual, participando as mulheres efetivamente da vida social e política. Assim, apresenta uma outra versão da história dos primeiros tempos do Islã, geralmente ocultada pela maioria dos historiadores, "uma história centrada nas relações de gênero e onde a palavra feminina não é apenas a palavra da transmissão da tradição, mas também, palavra da contestação e do poder".

A autora questiona a tese de Djebar, seguida por outros intelectuais muçulmanos contemporâneos, sobre o caráter revolucionário da doutrina islâmica em relação à mulher. Discorda da tentativa de se buscar no Islã subsídios para defender a emancipação feminina, apontando vários versículos do Corão e *hadiths* - corpus sagrado do Islamismo - que ratificam a desigualdade entre os sexos. Por outro lado, embora concorde com Djebar que razões políticas explicam em grande parte a segregação sexual na Argélia, acredita que a sua permanência nessa sociedade deve-se também a uma questão de

mentalidade que encontra apoio nos citados textos sagrados.

Na terceira parte, Inventariando a Diferença, Soares inspira-se no historiador Carlo Ginzburg para analisar o discurso de Assia Djebbar, nele considerando a presença de dicotomia cultural, mas também de circularidade, influxo recíproco entre a cultura materna e a cultura do colonizador, do que decorre sua ambigüidade. Finaliza com uma análise da recepção de sua obra, buscando captar a forma como esse olhar outro de Assia Djebbar é percebido pelos principais leitores de sua obra. Nesse sentido, faz desfilar uma série de análises críticas sobre esta obra, publicadas na imprensa magrebina e francesa, com vistas a inventariar algumas diferenças de leitura.

Conclui Soares que o discurso da romancista com relação a sua cultura, como o dos demais magrebins com formação francesa, resulta de um olhar circular (de dentro para fora/ de fora para dentro). Dessa forma, o olhar de Assia Djebbar é um olhar crítico, já que filtrado pela cultura ocidental, mas, ao mesmo tempo, um olhar solidário que procura descobrir seu outro interior no sentido de uma redefinição de sua identidade cultural. E, assim, faz de sua obra uma denúncia contra a discriminação sofrida pelas mulheres de seu país, ao mesmo tempo

em que se conscientiza dos véus invisíveis que também a recobrem e dos quais torna-se necessário desprender-se....

Cabe, mais uma vez, ressaltar a densidade do trabalho em foco, cuja autora vale-se de instrumental teórico sofisticado, transita com intimidade por questões e temáticas das mais variadas, manejando habilmente os conceitos, revelando extrema competência e rara sensibilidade. Sua argúcia em detectar e destrinchar cada ponto abordado, descortinando-o sob diferentes dimensões é algo digno de registro. Ao que se junta seu conhecimento de história cultural, de literatura, além de história de gênero, elementos que lhe possibilitaram dissecar a obra de Assia Djebbar sob as mais diversas dimensões. Enfim, cabe festejar a publicação desta obra, contribuição das mais fecundas para a história de gênero, entrelaçada à problemática da colonização francesa na Argélia e ao estado atual daquela sociedade. O leitor(a) é assim premiado(a) com uma visão das mais ricas em que o objeto focalizado é articulado ao contexto mais amplo, quer social, literário, cultural, num estilo digno de nota pela sua leveza e beleza, proporcionando uma leitura das mais agradáveis, em que pese sua qualidade.

RACHEL SOIHET ■

Mulheres fora do gueto

Cadernos Pagu - gênero, narrativas, memórias, nº 8/9.

Campinas, 1997.

Reunindo artigos de especialistas em antropologia, sociologia, literatura e história, o volume dos *Cadernos Pagu* dedicado ao tema Gênero, Narrativas, Memórias caracteriza-se por uma visível heterogeneidade, tanto no que se refere aos objetos examinados, quanto no que diz respeito aos enfoques adotados. Embora existam certos desníveis em relação, por exemplo, à profundidade das análises e à construção dos objetos, tal diversidade proporciona ao leitor a oportunidade de refletir sobre as diferentes perspectivas que vêm informando os estudos

que se debruçam sobre registros, memórias e práticas femininas e/ou masculinas. Dada a impossibilidade de examinar detidamente todos os textos, façamos, pois, uma breve apresentação de cada um deles.

Embora em todos os textos possamos observar uma preocupação mais ou menos explícita no sentido de enfrentar as questões teórico-metodológicas que vêm norteando os recentes debates acadêmicos em torno do enfoque de gênero, em três deles tal preocupação revela-se prioritária. Assim, Marilyn Strathern professora do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Cambridge, discute as "práticas acadêmicas dos anos 80 em torno da desconstrução", a partir das concepções ocidentais pautadas em pressupostos constructionistas e nos conceitos de cultura, colocando

ambas "sob a perspectiva das concepções melanésias". Saberes e práticas da antropologia e do feminismo são, deste modo, questionados enquanto capazes de viabilizar a compreensão de concepções e experiências culturais profundamente distintas das ocidentais.

Refletir sobre as possibilidades de "construção de uma **outra história** da ação política", especialmente a que se refere aos partidos de esquerda, a partir de um enfoque pautado na articulação dos espaços público e privado, levando-se em consideração as "tensões, conflitos e complementariedades entre os papéis masculinos e femininos", revela-se a preocupação fundamental do artigo de Marco Aurélio Garcia, professor do Departamento de História da Unicamp. Avaliando os percursos de uma pesquisa coletiva sobre trajetórias femininas, baseada em narrativas orais e escritas, Suely Kofes, professora do Departamento de Antropologia da Unicamp e Adriana Piscitelli, doutoranda em Ciências Sociais na Unicamp, discutem, no artigo intitulado Memória de 'Histórias Femininas, Memórias e Experiências', aspectos fundamentais da questão de como estabelecer um nexo entre gênero, memória, experiência e narrativa.

Os demais artigos podem ser apresentados, ao meu ver, através de dois recortes básicos. O primeiro refere-se às falas e experiências de mulheres, através das quais busca-se recuperar não apenas dimensões sócio-culturais e intimistas do cotidiano feminino, mas também aspectos da relação entre feminismo e religião ou, ainda, da militância política feminina. Assim, Philippe Lejeune, professor de literatura na Universidade de Paris XIII, discute as contradições e ambigüidades que permearam a escrita de diários por jovens francesas pertencentes às classes dominantes, entre 1850 e 1880. De uma perspectiva bastante distinta, a antropóloga Mariana Pantoja Franco faz uma leitura dos diários de uma jovem seringueira, Ivanilde, através de um diálogo estruturado sobre duas dimensões da sua fala, vista, de um lado, "como um canal de acesso à vida social no interior das florestas do Alto Rio Jurúá" e, de outro, como "depoimentos intimistas".

Analisando a produção teológica de católicas e protestantes, Fabíola Rohden, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, examina aspectos importantes que vêm marcando o processo de construção da relação entre feminismo e religião, procurando dar conta das especificidades e das aproximações entre as

estratégias de atuação de católicas e de protestantes. Reconstituindo a "experiência feminina do Anarquismo", através da trajetória da vida de Luce Fabbri, os objetivos do artigo de Margareth Rago, professora do Departamento de História da Unicamp, orientam-se, sobretudo, no sentido de questionar a "imagem que se construiu historicamente em torno do anarquismo e do lugar político ocupado pelas mulheres na América Latina".

O segundo recorte circunscreve-se às representações e/ou práticas relativas à relação homem-mulher, ao amor, ao casamento e à família. Através da análise de dois romances de Nelson Rodrigues - *Meu Destino É Pecar* e *O Casamento* -, Berta Waldman, professora do Departamento de Teoria Literária da Unicamp, propõe-se a examinar "aspectos da produção literária 'feminina'" do referido autor, procurando "estabelecer as relações entre o clima de paixões irrefreáveis, de violência incontinida, com a família e a ordem social instituída". Privilegiando o contexto da cidade de São Paulo dos anos 1920, Mônica Raisa Schpun, doutora em História pela Universidade de Paris VII, se dispõe a investigar o "sentido social" conferido à temática do "amor conjugal" no debate difundido pela imprensa feminina paulistana e pela literatura (obras produzidas por mulheres e pelos autores do modernismo paulista), buscando identificar e discutir a presença de "conflitos mais profundos e sinais de transformação", situados "para além de uma simples iniciativa disciplinar que visaria, para as mulheres, reforçar a identidade entre amor e casamento".

As transformações nas estratégias de casamento e suas possíveis implicações "para as mulheres e suas experiências, processos e identidades marcados pelo gênero" são analisadas por Margo L. Matwychuck, professora do Departamento de Antropologia da Universidade de Victoria (Canadá), através da história de uma família de usineiros da Paraíba. Examinando a correspondência e as memórias produzidas por membros da família Pacheco e Chaves, a socióloga Rosana Catelli reflete sobre os significados da "prática de escrever cartas pessoais, arquivar documentos e produzir memórias", como uma prática eminentemente feminina, comum entre as famílias da elite paulista.

Em muitos destes artigos observamos uma preocupação explícita no sentido de enfrentar as principais questões suscitadas pelos debates que propõem um *redimensionamento* dos estudos que tomam as mulheres como objeto de investigação a partir do enfoque de gênero,

estruturado, conforme sublinhou Joan Scott¹, em três princípios fundamentais. Referida ao âmbito das diferenças culturais e, portanto, historicamente construídas, a categoria **gênero**, começaria a ser utilizada pelas feministas norte-americanas preocupadas em refutar o determinismo biológico inevitavelmente expresso em termos como "sexo" ou "diferença sexual". Além disto, o referido enfoque pressupõe que as representações da feminilidade, construídas e vivenciadas historicamente, só podem ser compreendidas a partir de seu aspecto relacional, desmistificando-se, assim, a crença na possibilidade de se tomar as **mulheres** como categoria de análise isolada. Por fim, os significados das relações entre os gêneros, vistas como integrantes de um universo mais amplo, diversificado e complexo, não podem ser desvinculados das dimensões sociais e étnicas (ou raciais) que permeiam as diferenciações que caracterizam uma dada sociedade.

Tais pressupostos vêm informando diferentes perspectivas teóricas que norteiam os estudos sobre mulheres e/ou relações de gênero, suscitando muitas controvérsias fundamentais para o enriquecimento das reflexões acerca destas temáticas desenvolvidas em diversos campos das ciências humanas. Os artigos que integram o volume *Gênero, Narrativas, Memórias dos Cadernos Pagu*, ilustram a articulação entre muitos destes embates e

os impasses colocados pelas análises concretas. Como observa Margo Matwychuck em seu artigo, "incorporar mulheres em relatos históricos - não apenas como outra categoria ou elemento, mas como participantes ativas e seres com subjetividade - ... não tem sido fácil". Neste sentido, como salientou Maria Clementina Pereira Cunha, talvez seja "útil insistir na necessidade de levar adiante o debate sobre os significados de recortes como gêneros, etnias ou raças e sua necessária vinculação à história social"².

As dificuldades que têm marcado a incorporação das mulheres nos relatos históricos nos remetem a muitas outras questões, entre as quais poderíamos destacar, por exemplo, a necessidade de se superar a rígida separação entre os espaços público e privado, rompendo-se de forma radical com a oposição reducionista público/homens *versus* privado/mulheres. Mesmo porque, conforme observa Marco Aurélio Garcia neste volume, "é falsa a 'masculinização' absoluta da esfera pública da mesma forma que a 'feminilização' total da esfera privada". Tal ruptura constitui-se num dos aspectos fundamentais para assegurar às relações entre os gêneros um lugar na história ou, nas palavras do referido autor, retirar "a história das mulheres do *gheto*".

¹ Cf. SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991; e, *idem*, *História das Mulheres*, in BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História*. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, p. 63-95.

² CUNHA, Maria C. Pereira. De Historiadoras, Brasileiras e Escandinavas: loucuras, folias e relações de gêneros no Brasil (século XIX e início do XX), *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 3, n.º. 5, jul. 1998, p. 185.

MAGALI GOUVEIA ENGEL ■

Uma erótica da prótese e da exuberância

Engenharia Erótica: travestis no Rio de Janeiro = Erotic Engineering: tranvestites in Rio de Janeiro.

DENIZART, Hugo (versão inglesa de Úrsula O'Neall).

Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

"(...) o travesti é uma coisa que é absurda, tanto que todas as sociedades têm o travesti como uma afronta e não aceitam (...)"
(Travesti Beatriz)

Capaz, simultaneamente, de suscitar os maiores preconceitos e de experimentar enor-

me sucesso, a figura do travesti ocupa, no imaginário erótico contemporâneo, um lugar perturbador. Talvez esteja aí - nessa resposta ambígua que é capaz de produzir - um dos pontos-chave para se compreender o enorme e inegável potencial erótico dessa figura. "A maior jóia do travesti é a sua ambigüidade. Só um homem sabe o que outro homem quer. Será verdade? Eu só sei que, dos homens com quem eu estive, muitos ficaram enlouquecidos...", afirma o travesti Paulete. Curiosamente, apesar da visibilidade do travesti e do fascínio que provoca, há pouca coisa escrita sobre ele. Nas palavras do autor: "Sobre travestis (...), quase nada se escreve ou se fotografa. É difícil acompanhar quem abre o corpo para a violência da prótese. Dor insuportável da paixão do desejo: o excesso".

Assim, o livro de Hugo Denizart - *Engenharia Erótica: travestis no Rio de Janeiro* - vem não apenas preencher uma lacuna mas fazê-lo com enorme qualidade e beleza. Acima de tudo, trata-se de um trabalho que consegue escapar de uma série de preconceitos que acabam por reduzir a rica e intrigante figura do travesti a uma simples "curiosidade grotesca" capaz de gerar, quando muito, uma solidariedade culpada e não uma leitura ou uma interpretação correspondente à grandeza simbólica dessa figura erótica que tanto povoa as noites cariocas... sem falar de outras, mundo afora.

Ao falar, através de seu trabalho, da "engenharia erótica" posta em cena pelo travesti (através da construção/reconstrução de seu corpo) o próprio autor atualiza sua "engenharia erótica" na construção do livro - juntando elementos (textos, depoimentos, fotografias etc.) e o fazendo num encadeamento perturbador. Além da intensidade dramática de um trabalho etnográfico muito bem conduzido, a sucessão das diversas partes e materiais não é absolutamente necessária e nem se faz de modo "natural"; ao contrário, o autor introduz cortes violentos, revela pequenos detalhes, evidencia contradições, deixa perguntas sem respostas (pelo menos imediatas), enfim, perturba o leitor e o instiga a seguir em frente descortinando um mundo que choca por sua intensidade e por sua enorme e desafiadora inventividade. Nas palavras de Paulete, comentando o trabalho, "é um livro delicadamente forte".

O texto aqui referido, do travesti Paulete, tem o significativo título: "Nosso corpo, nossa alma"; interessante esse ponto de vista segundo o qual a alma espelha o corpo e não o contrário, como poderíamos "cristãmente" supor. Uma

perspectiva dessa natureza reforça a importância do "superficial", do imediatamente visível - "A gente vive de imagem, vive de imagem!... sempre preocupado com seu visual, seu cabelo, entendeu?" (Luciana). Assim, é na superfície que estaria o "essencial" - uma "essência" imediatamente visível, com a qual se joga um complicado, sofisticado e arriscado jogo erótico marcado por uma enorme "disponibilidade" e atenção ao desejo do outro - "nós somos a coragem deslavada (...) nós permitimos que outros sejam eles mesmos por algumas horas ou momentos". Na seqüência da valorização dessa "essência superficial", segue-se a valorização do detalhe, abrindo a possibilidade de uma leitura (e de uma exposição) mais fragmentada e menos totalizadora do corpo, na lógica de uma "erótica do detalhe" - "se o travesti tivesse uma meta, essa meta seria o detalhe" - estimulando, muitas vezes, a vivência de fantasias de caráter extremamente fugaz e passageiro, dificilmente experimentáveis em contextos erótico-afetivos mais "tradicionais".

Embora, para o travesti, **mulher** seja uma referência, não se trata, de modo algum, de uma "imitação" da mulher ou mesmo da "invenção" de um novo feminino; ao contrário, o que fica imediatamente claro da leitura do material apresentado - e isso certamente **choca** o leitor (e talvez tenha chocado o próprio travesti em um momento anterior!) - é a possibilidade de, acompanhando o travesti, ultrapassar, como nos afirma o autor, os limites "do gênero e da espécie", vivenciando a dissolução das "categorias restritivas homem/mulher". Saimos do mundo das restrições biológicas - para o travesti, a anatomia **não é** o destino - e adentramos o mundo das possibilidades eróticas da prótese e da metamorfose, do lúdico e do transitório, na atualização de uma anatomia recriada, capaz de produzir "um corpo não domesticado". É, então, esse corpo criado pelas **mãos do homem** (e não de Deus!) que vai abrir as portas para as fantasias mais recônditas e para os desejos mais difíceis de serem traduzidos na linguagem de um erotismo mais conhecido e manejável. Vem daí, talvez, o fascínio e o horror (tão bem expresso pela violência dos preconceitos) gerados pela figura do travesti. Nas palavras do travesti Jossy: "Eu acho que o travesti é obra de Lúcifer... (...) travesti topa tudo (...) travesti é mais (...). O lado de afrontar tem mais a ver com o Demo, uma coisa provocante, ousada...".

Nos depoimentos apresentados ao longo do livro, essa relação ambígua, complexa e lúdica com a figura feminina aparece de dife-

rentes maneiras, num tom de forte dramaticidade - "Você se olha no espelho e se acha uma mulher... aquilo é uma ilusão. A nossa vida é feita de ilusões" (Luciana) - "Nós somos as mulheres do futuro" (Beatriz) - "A gente gosta de ser o que a gente é... a gente gosta de ser aquela pessoa diferente entre 20 mulheres... 'Nossa! Aquela não é uma mulher!... É belíssima!...' A gente é admirada pelo público porque a gente não é mulher, entendeu? 'É um homem, tem pênis, mas é belíssima!' Não é um homem, não é uma mulher... Eu acho que são duas pessoas juntas." (Suzane Kellen) - "O que eu tenho entre as pernas é uma surpresa... É bom ser uma mulher diferente". (Adriana) - "Quem se acha mulher é louca! Eu sou travesti e estou feliz assim". (Diana) - "(...) Nós somos homens. Na hora H, temos que funcionar um pouco como homem..." (Michelle) - "Todo travesti tem uma coisa masculina, não é? (...) Eu prefiro ser travesti, que tem esse cenário de parecer uma mulher, mas sem ser" (Paulete).

Assim, o que se pode ver é que, ainda que o travesti aponte para a ultrapassagem dos limites do "gênero e da espécie", esse "abandonar" do mundo das restrições nunca é total ou inteiramente "real" - aliás, que diferença isso faz? Na verdade, parece-me que é exatamente a contradição desses dois movimentos que é eroticamente incorporada pelo travesti na relação com seus parceiros. Trata-se, além de tudo, de uma incorporação que se faz "ludicamente" através do exercício e da afirmação de uma "virilidade inesperada", expressa por um pênis que, embora presente, não se sabe quando vai aparecer. É um pênis que se situa entre a "ameaça" e a "surpresa", podendo também "nunca aparecer" - "Eu morei dez anos com um homem que nunca viu meu pau. Eu transava com ele de calcinha, virava as costas... Ele, um dia, falou pra mim: 'Se você deixar eu ver o que você tem na frente, eu vou embora, não volto nunca mais'" (Maria Alcina). Essa dimensão **viril** da figura do travesti - uma virilidade com a qual se joga e se brinca - é um dos grandes achados do trabalho de Hugo Denizart. "Vamos ver uma coisa... quem é mais viril: um verdadeiro homem ou um travesti?", pergunta Beatriz.

Mas, afinal, "o que quer um travesti", essa "falsa mulher"? Confundir... essa talvez seja a melhor resposta. "(...) O gostoso para mim é essa diferença... É ser diferente... É essa confusão, é confundir... (...) o meu prazer é na sedução e na confusão..." (Indianara). Trata-se, me parece, de uma espécie de "radicalização" do jogo erótico, o que implica uma enorme potencia-

lização tanto de suas características quanto de seus efeitos. O caráter lúdico do erotismo é então revelado à luz do sol, na sua plenitude. E esse "erotismo escancarado" apóia-se fundamentalmente na reconstrução do corpo, na exuberância e no reconstruções simultâneas a uma infinidade de personagens - "Travesti não tem sexo, não tem uma opção sexual definida totalmente... (...) nele cabem todos os sexos" (Indianara).

Senhor de um erotismo exuberante - "Aquele coisa exuberante, vestido justo, salto alto, uma calcinha de renda... É isso que um homem gosta quando ele vai pegar alguém para fazer um programa..." (Diana) -, o travesti se oferece a um possível cliente ávido de excessos e transbordamentos, em busca de um "a mais" - "Eu não acho que quem procura o travesti é homossexual. Eu acho que ele tem aquela vontade... 'Que corpo!...'". "A gente é um tipo de pessoa para realizar a fantasia de cada um... A gente complementa a eles... a gente faz o que eles querem... por isso, eles procuram a gente. A gente é uma mulher diferente: uma mulher de pau, de pênis... (...) A gente é um símbolo... um símbolo de desejo" (Diana).

Perigo, violência e dor são também elementos fundamentais desse universo erótico no qual vive o travesti e que ele, ao mesmo tempo, oferece material e simbolicamente a seus clientes; elementos que, muitas vezes, o travesti inscreve, defensiva e agressivamente, no seu próprio corpo, na forma de marcas visíveis e palpáveis. "Mas a violência da década de 70 não é essa da década de 90. Em vista daquela de 70, essa de hoje não é nada... (...) você era obrigada a correr mesmo da polícia... a polícia chegava batendo, a gente não tinha sossego na rua... Então, é por isso que existem as bichas que têm os cortes... (...) a gente ia presa e as bichas falavam assim: 'Se corta que eles mandam todo mundo embora'. E aí uma só se corta se a outra também se cortar; eu não me cortava se a outra não se cortasse (...). (Eu) tenho várias cicatrizes no pênis; pegava a gilete que já estava escondida na boca, e em segundos você já estava cortada..." (Beatriz). Também nas relações com seus clientes, a violência se afirma presente: "Eu já fui agredida, já fui roubada, já fui queimada... tudo isso. É porque tem homem que não admite que gosta de travesti. (...) Aí, começa aquele ódio, aquela agressão, entendeu?" (Suzane Kellen). Mas é no próprio jogo erótico com o cliente que algum "acerto de contas" é realizado: "Tem tanta tara de cliente... Adoro pisar em cima deles de salto alto, eles deitados no chão

e eu pisando em cima deles... Adoro! Só assim a minha raiva toda sai neles (risos)" (Suzane Kellen).

Também os hormônios e o silicone, além das vestimentas femininas, marcam física e simbolicamente esse corpo construído do travesti na busca de uma perfeição do detalhe e do excesso - "Ser travesti é uma barra muito pesada... (...) travesti é uma ida sem volta... porque os hormônios mudam tudo (...) (e) os hormônios nunca saem do corpo, entendeu?" (Suzane Kellen). "Eu acho prótese um luxo!... Se eu tivesse dinheiro, botaria um corpo todo de prótese (...) O fato de eu desejar colocar essa prótese é para mostrar a mim mesma que eu tenho capacidade de ostentar uma coisa cara, como um troféu..." (Luciana). Mais uma vez, nestes e em outros depoimentos apresentados ao longo do livro, a evidência da presença simultânea tanto do sofrimento e da dor quanto de uma felicidade e de um prazer delirantemente intensos.

O espaço de exercício e de vivência desse "erotismo escancarado" é, fundamentalmente, aquele da prostituição, espécie de lugar material e simbólico a ser preenchido por um conjunto de práticas e fantasias eróticas que não "cabem" em outros campos do cotidiano da sexualidade "hegemonicamente tolerada"; inclusive, se quiser encontrar algum prazer, é ali que o travesti terá que encontrá-lo - "O preconceito te empurra para a prostituição... (...) é só sexo... (...) Você só vai chamar atenção de homem se estiver numa esquina... Você só vai conseguir se relacionar, ter prazer e dar prazer, se estiver na esquina. (...) Então você vai para a esquina porque se torna rotineiro... Na vida da gente, a solidão é muito grande..." (Luciana). "Prostituição junta os dois: necessidade e prazer. (...) A prostituição é um vício. Você quer homem na cama todos os dias. (...) Mas eu gostava da sacanagem, também; dos homens virem e chamarem: 'Vamos sair?'. Eu adorava o suspense: Será que é homem mesmo? Será que é maricona? O que que é isso?" (Diana). "Não largo a prostituição... Me acostumei com esse luxo" (Indianara). "O cliente está pagando para ficar comigo, então eu valho alguma coisa. Eu sinto assim, me excita... principalmente quando o rapaz é bonito, interessante... Eu até pagaria a ele também para transar" (Paulete). "Difícil-

mente eu gozo... é muito difícil... A não ser que me pague mais... aí eu gozo (...) Pagando, eu gozo... sempre foi assim" (Suzane Kellen).

Se, para o "mundo gay", o "encontro entre dois homens" ainda aparece como uma possibilidade, no cotidiano do travesti essa mesma possibilidade é prática e empiricamente descartada - "Homem na vida de travesti é um atraso... Descontrola a vida da gente totalmente. A gente é inibida por eles... Começa a pedir, pedir... A gente dá e se afunda... (...) Homem e droga é a destruição dos travestis. (...) Na realidade, homem nasceu para a mulher, e a mulher para o homem... um homem nunca vai dar certo com outro!" (Rogéria). Na solidão da busca "quase consciente" de um objeto impossível, o travesti parece radicalizar ainda uma vez mais; é uma sedução que se exerce quase num "vazio", transformando a vivência e o exercício concretos de emoções, afetos e assim por diante numa arena em que se joga um "puro jogo" sem ponto de chegada possível, sem "vencedores" nem "vencidos".

Mas o livro de Hugo Denizart seduz e encanta sobretudo pelo equilíbrio tenso que consegue ser mantido ao longo do trabalho; há, o tempo todo, uma espécie de perplexidade (do autor? do próprio travesti quando questionado sobre seu cotidiano quase fantástico?) e, mais uma vez, de **jogo**. Aqui também não há "vencedores" nem "vencidos"; autor e objeto se aproximam e se afastam, numa tentativa de diálogo capaz de misturar, o tempo todo, sedução, surpresa e uma certa ingenuidade. E é assim que, ao final dos depoimentos, nos defrontamos com um pequeno diálogo que sintetiza boa parte do clima e do tom do livro:

- Adriana - "Está vendo o meu corpo escultural? Está vendo o meu corpo, como é feminino? O que você fica pensando da minha bunda?"

- Pesquisador - "Bonita..."

- Adriana - "Delícia, menino!... Não faça isso comigo... Eu não vou esquecer disso... Você já comeu culinário de travesti?"

- Pesquisador - "Não".

- Adriana - "Mas por que, menino?"

CARLOS ALBERTO MESSEDER PEREIRA ■

A vulnerabilidade feminina ao HIV/AIDS

Mulheres e HIV/AIDS.

BERER, Marge; RAY, Sunanda.

São Paulo: Brasiliense, 1997.

A construção social da Aids como doença de "grupos de risco" (homossexuais, usuários de drogas, promíscuos, prostitutas) impediu que os caminhos tomados pela epidemia nos diferentes lugares do planeta fossem percebidos com maior clareza e que medidas de prevenção pudessem evitar ou, ao menos, minimizar o impacto da doença em diferentes grupos sociais. No Brasil, embora alguns estudiosos da questão venham chamando a atenção há vários anos sobre a importância das mulheres no perfil da epidemia no país - a chamada "africanização" da epidemia -, foi necessário que os dados epidemiológicos registrassem um número cada vez maior de mulheres infectadas, ou, dito de outra forma, foi preciso que tivéssemos, no ano de 1997, uma mulher para cada dois homens infectados, para que medidas mais decisivas e direcionadas a este grupo social passassem a integrar as políticas e programas de prevenção e controle da epidemia no país, tanto nos níveis municipais e estaduais, quanto no nível federal.

Este processo representou também um importante atraso na produção de estudos que tivessem por objeto de investigação o impacto do HIV/AIDS nas mulheres, seja em termos clínicos seja em termos psicológicos, sociais ou culturais. Os poucos estudos e trabalhos de intervenção voltados para a população feminina tiveram, assim, que partir praticamente do zero ou, então, orientar-se a partir de propostas e avaliações dirigidas a grupos específicos, buscando adaptá-las às mulheres. Apenas muito recentemente alguns fóruns de discussão e troca de experiências sobre mulheres e Aids têm sido criados ou este tema passou a integrar os espaços já existentes. O livro de Marge Berer e Sunanda Ray intitulado *Mulheres e HIV/AIDS* representa um marco importante nesse processo. Tanto a forma de organização do livro como sua tradução para a língua portuguesa, a partir da iniciativa de algumas pessoas e organizações, indicam a necessidade de compartilhar experiências a fim de melhor enfrentar o problema e

qualificar os programas de prevenção e assistência dirigidos às mulheres.

Publicado originalmente em língua inglesa no ano de 1993, o trabalho mantém-se extremamente atual. Isto se deve não apenas ao avanço da epidemia da Aids na população feminina mas, fundamentalmente, ao tipo de abordagem proposta. O livro é constituído, assim, por uma combinação extremamente pertinente e criativa de informações clínicas, questões de ordem psicológica, social e cultural e relatos de experiências de pessoas e organizações envolvidas na questão. Com esta fórmula, as autoras conseguem, com sucesso, evidenciar a complexidade do problema e fornecer ao leitor uma visão bastante aprofundada das diferentes perspectivas que necessitam ser consideradas ao tratar-se de Aids em mulheres. Outro mérito do livro é o de ser uma leitura agradável e interessante para diferentes tipos de público, pois enquanto que o público mais especializado pode enriquecer-se com a abordagem interdisciplinar da questão e com as várias experiências que são relatadas, o público leigo pode beneficiar-se de um conjunto de informações sobre o HIV/AIDS e fatores sociais e culturais relacionados bastante completo e aprofundado. O cuidado com a linguagem utilizada, evitando termos técnicos e especializados, garante o acesso ao público mais amplo.

Para dar conta da complexidade da problemática, o livro, que soma 512 páginas, encontra-se dividido em quatorze capítulos. Cada capítulo é consagrado a um tópico específico da infecção pelo HIV/AIDS iniciando por uma explicação sobre o que é o HIV e a AIDS, doenças relacionadas, suas repercussões na saúde da mulher e dados epidemiológicos sobre o problema. Logo em seguida, são analisadas detalhadamente as principais formas de transmissão do HIV - sanguínea, vertical e sexual - e suas implicações na vida cotidiana das mulheres e nas políticas públicas. Por fim, são relatadas algumas histórias pessoais e experiências de grupos que trabalham com a prevenção e controle da Aids em mulheres. O último capítulo fornece uma listagem de diversas organizações de caráter internacional e nacional que atuam na área do HIV/AIDS e dos direitos das mulheres nos diferentes países e continentes. É importante salientar que ao final de cada capítulo encon-

tram-se, como forma de complementação e/ou ilustração, resumos de pesquisas ou artigos, relatos de experiências e materiais informativos produzidos sobre o tema em discussão. Através deste formato, o livro conta com a participação de cerca de cinquenta colaboradores, que se distribuem entre pesquisadores de diferentes áreas, militantes de ONGs e mulheres infectadas pelo vírus da Aids. Os capítulos contam ainda com uma extensa lista de referências bibliográficas sobre as questões tratadas que possibilitam ao leitor o aprofundamento dos pontos que considerar mais relevantes.

A lista de capítulos e subcapítulos do trabalho de Berer e Ray atesta o cuidado das autoras em salvaguardar as especificidades da infecção pelo HIV/AIDS nas mulheres. Já no segundo capítulo, que trata das doenças relacionadas e seus efeitos na saúde da mulher, fica evidente a ausência de estudos mais aprofundados que dêem conta destas especificidades pois, como afirmam as próprias autoras, "sabe-se mais sobre as várias diferenças regionais do HIV/AIDS do que sobre as diferenças relacionadas ao sexo". Estas diferenças são reduzidas, pelo discurso médico-científico, a diferenças de ordem anátomo-fisiológicas, embora até mesmo as implicações desta ordem sejam substituídas no tratamento clínico das mulheres. O pouco conhecimento sobre o tema é tomado pelas autoras como uma decorrência de fatores sociais e culturais mais amplos, tais como a interpretação diferenciada dos profissionais médicos dos sintomas nas mulheres e nos homens e o desprezo pela transmissão heterossexual na hierarquia das vias de transmissão.

É neste sentido também que as autoras lançam um olhar crítico sobre a abordagem epidemiológica da AIDS, que permaneceu muito tempo centrada nas noções de "grupo de risco" e "comportamento de risco" e só recentemente passou a considerar os fatores sociais, econômicos e culturais na transmissão do vírus. Estas abordagens tiveram conseqüências importantes no que se refere à AIDS entre mulheres, pois acabaram estigmatizando um grupo de mulheres - as trabalhadoras do sexo - e tornando invisível aquele grupo que, no Brasil, tem crescido assustadoramente nos últimos anos: as mulheres com parceiro fixo. Como tratar a questão do risco de forma a não estigmatizar os grupos que estão de fato mais expostos ao HIV, alertando-os para a importância da adoção de medidas preventivas de forma a diminuir este risco e, ao mesmo tempo, não produzir uma falsa sensação de segurança para aqueles gru-

pos que correm menos riscos? Esta discussão necessita ser tratada seriamente, pois pode trazer sérias conseqüências tanto do ponto de vista da expansão da epidemia, como do ponto de vista político e humanitário.

Ao tratar da transmissão do HIV relacionada à gravidez, as autoras tocam num dos aspectos mais dramáticos para as mulheres infectadas e, ao mesmo tempo, menos compreendido (clínica e culturalmente), pelos profissionais da saúde. Este aspecto comporta uma forte carga de culpabilização das mulheres pois, "apesar de a maior parte das mulheres ter sido contaminada por homens, são as mulheres, e não os homens, que são vistas como a origem do contágio de recém-nascidos". E, apesar do livro ter sido escrito antes da regulamentação do uso do AZT durante a gestação e no recém-nascido, que reduz significativamente as taxas de transmissão vertical, os dilemas que a questão apresenta para as mulheres e seus parceiros permanecem atuais. Ao defenderem que as mulheres possuem o direito de decidir livremente a respeito de sua saúde reprodutiva, as autoras apresentam, com muita pertinência, uma série de cuidados que podem diminuir os riscos de transmissão do HIV e aumento de carga viral entre os parceiros - tais como as práticas de sexo seguro exceto nos dias férteis, adoção, inseminação artificial, maternidade substituta - assegurando o desejo de maternidade e/ou gravidez do casal.

Os conflitos vividos pelas mulheres quando da decisão de interromper ou continuar a gravidez são agravados ainda mais frente à discriminação que sofrem por parte dos profissionais da saúde. As dificuldades dos serviços de saúde em lidar com a questão da gravidez e do aborto em mulheres HIV+ acabam por retardar o recurso médico por parte das mulheres, justamente naquela situação em que, hoje, dispomos de recursos mais eficazes capazes de evitar a infecção do recém-nascido. Apesar de tudo isto, as mulheres têm demonstrado determinação em fazer valer seu direito de ter filho, evidenciando que a maternidade tem um significado psicológico, social e cultural que se coloca acima dos riscos de transmissão do HIV.

A questão da amamentação por mulheres HIV positivas é também abordada em sua complexidade. Pois se, por um lado, é impossível não considerar sua importância enquanto método privilegiado de alimentação infantil, sobretudo nos países subdesenvolvidos, por outro, deve-se analisar atentamente os estudos que buscam evidenciar os riscos desta prática para a infecção de recém-nascidos e/ou seu aspec-

to protetor, questões que ainda não estão suficientemente esclarecidas dentro do próprio meio médico e científico. Mas independentemente destes aspectos de ordem clínica e econômica, é necessário considerar também o impacto desta questão sobre a vivência das mulheres, visto que elas precisam tomar uma decisão a este respeito e cabe aos profissionais da saúde aconselhá-las e fornecer-lhes as informações adequadas.

Os dados e experiências trazidos pelas autoras assumem um caráter inovador e lançam questionamentos pertinentes justamente porque o problema da infecção pelo HIV/AIDS em mulheres é percebido a partir da ótica dos direitos reprodutivos e contextualizado num universo cultural que lhe confere significado. É nesta perspectiva que as autoras evidenciam os limites das mensagens educativas que enfocam o "sexo seguro", visto que essas se fundamentam numa mudança individual de comportamento enquanto que "práticas sexuais são parte das normas sociais e indivíduos não podem alterá-las por conta própria". A partir daí compreende-se a dificuldade que as mulheres têm em "negociar" com seus parceiros o uso do preservativo, dizer não ao sexo, falar com o parceiro sobre as relações extraconjugais, pro-

por alternativas à penetração etc.. E embora a mudança de comportamento possa ser justificada em função do risco da AIDS, não podemos nos esquecer, como nos lembram Berer e Ray, de refletir a partir de quais valores e necessidades estão sendo propostas estas mudanças e com quais poder e recursos as mulheres contam para aderirem às mudanças propostas.

O livro *Mulheres e HIV/AIDS* consegue, com certeza, demonstrar a verdadeira vulnerabilidade das mulheres para o HIV/AIDS, que é biológica, mas sobretudo social e cultural. Traz, para aquelas pessoas que estão envolvidas com a questão, uma sensação de conforto e de desafio. Conforto por ver que as dificuldades enfrentadas são gerais e que existem outras pessoas, em diferentes locais deste planeta, que também as percebem da mesma forma. E desafio porque traz propostas concretas e caminhos inovadores para enfrentar estas dificuldades e, quem sabe, contribuir para que mais mulheres consigam evitar o HIV/AIDS ou serem mais felizes apesar desta infecção.

DANIELA KNAUTH ■

A monotonia como permanência

As Idéias e os Números do Gênero - Argentina, Brasil e Chile no século XIX.

SAMARA, Eni de Mesquita (org.).

São Paulo: HUCITEC/CEDHAL/FFCL-USP/VITAE, 1997.

A coletânea tem por objetivo analisar comparativamente as trajetórias das mulheres latino-americanas durante o século XIX na Argentina, no Brasil e no Chile. Ela nasceu do resultado de um esforço coletivo de pesquisa e de reflexão realizado por especialistas de diferentes países e de diversas áreas do conhecimento. Ao enfoque inicial que contemplava prioritariamente o resgate da participação feminina no

mercado de trabalho naquele período, outros temas de relevância foram sendo incluídos no decorrer das pesquisas individuais, como o papel da educação, a comparação entre mulheres nativas e imigrantes e as representações sobre os papéis femininos nos pensadores da época.

Naturalmente, uma empreitada de tal ordem enfrentou várias dificuldades. No âmbito da utilização das fontes de dados, como informam Silberstein, Norambuena Carrasco e Guenaga em *Análise Crítica das Fontes*, problemas se apresentaram tanto no que se refere à compatibilização dos indicadores utilizados, como no que diz respeito à heterogeneidade dos critérios utilizados nos levantamentos e também em relação à abrangência geográfica e à periodicidade adotada por cada país na realização desses levantamentos. O enfoque de gênero, perseguido por todos os autores que

contribuíram para esta coletânea, conduziu-os à consulta de vasto material histórico (listas de passageiros imigrantes, correspondências, diários, álbuns de família, imprensa da época e literatura), uma vez que apenas os registros periódicos de população não se mostraram, em muitos casos, suficientes para a elucidação do papel das mulheres e das representações de gênero construídas nas sociedades latino-americanas da época.

O artigo de Eni de Mesquita Samara, intitulado *Mão-de-obra Feminina, Oportunidades e Mercado de Trabalho, no Brasil do Século XIX*, assenta-se na discussão teórica da relação de gênero e trabalho e explora essa dimensão a partir dos dados demográficos gerais sobre a população brasileira levantados no Recenseamento da População do Império do Brasil para 1872, enfocando, especialmente, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Ceará. O século XIX foi palco da emancipação política do Brasil, encerrando-se, em 1822, a fase colonial e tendo início um profundo processo de transformações econômicas e sociais. A expansão da lavoura cafeeira no sul, a substituição da mão-de-obra escrava e a imigração foram fatores determinantes na conformação de um mercado de trabalho livre, baseado em zonas urbanas, principalmente após 1850. Nesse cenário renovado vai, pouco a pouco, se consolidar a presença da mulher livre trabalhadora, como um contraponto à tradicional mulher branca de elite, reclusa no espaço doméstico e ociosa e à mulher escrava, em geral negra. De fato, o Censo de 1872 relata que entre os indivíduos com profissão, 45% eram mulheres e 55%, homens. Nesse período, como nos dias de hoje, o sistema sexuado de divisão do trabalho reservava atividades menos rentáveis e consideradas mais humildes para os despossuídos e especialmente para as mulheres. Aqui se encaixam a prestação de serviços, o artesanato, certos setores do comércio, dos transportes e da manufatura. O mesmo censo registra para São Paulo, no período de transição para o assalariamento, ao lado das tradicionais atividades na lavoura, no serviço doméstico e na costura, o surgimento de uma gama mais variada de ocupações femininas como professoras, comerciárias e comerciantes, empregadas em funções burocráticas de escritórios e nas fábricas. De fato, nas indústrias de fiação e tecelagem, no fabrico de cigarros, na produção de roupas e bordados e na produção de chocolate, mais da metade da mão-de-obra era composta por mulheres. Uma grande parte desse contingente era de mulhe-

res imigrantes jovens, especialmente as italianas. Essas mulheres desenvolviam "funções mais rotineiras, monótonas e menos qualificadas na hierarquia e com níveis salariais mais baixos. Em média, no processo de industrialização paulista, o salário de uma mulher representava 65% do salário masculino adulto". Ao lado do trabalho assalariado, entretanto, o mercado informal de trabalho se expandiu nas cidades e, com ele, a inserção das mulheres nesse espaço. Segundo a autora, aí persistem permanências que advêm do trabalho feminino na Colônia e que, ainda nos dias atuais, "articulam estratégias e formas de sobrevivência para as mulheres e suas famílias."

Hernán Otero, em *Familia, Trabajo y Migraciones. Imágenes censales de las estructuras sociodemográficas de la población femenina en la Argentina, 1895-1914*, faz uma análise comparativa das diversidades regionais na situação da mulher na segunda metade do século XIX, baseando-se em dois levantamentos censitários de população, para os anos de 1895 e 1914. Dois grandes eixos se destacam em seu texto. Em primeiro lugar, o autor considera amplas as possibilidades de análise a partir das fontes de dados censitárias, tanto por abranger grandes conjuntos populacionais, como por permitir perceber alguns traços da ideologia estatística vinculada à questão de gênero. Aquelas fontes apresentam, porém, algumas limitações. Exemplo é o estudo da fecundidade, restrito às mulheres casadas – sem levar em conta as importantes proporções de mães solteiras e em uniões consensuais –, o que revela o caráter "legalista" adotado pelos agentes estatísticos da época. Para contornar a questão, o autor se utiliza dos registros de nascimento e da declaração de legitimidade, para concluir que a ilegitimidade se constituía em fenômeno importante na Argentina: em 1914, uma em cada cinco crianças nascia de uma união consensual, proporção essa que variava bastante, conforme se enfocasse o litoral (região mais desenvolvida e europeizada) ou as províncias internas. Em segundo lugar, a análise das estruturas de estado civil, da ocupação e das migrações internas permitem formular algumas hipóteses exploratórias sobre a situação da mulher durante o período analisado. Por exemplo, o estudo da estrutura demográfica referente ao estado civil poderia vir a vincular tanto as viúvas (contingente de grandes proporções no período analisado), como as unidas consensualmente a processos de incremento do poder feminino ou de pauperização, claramente diversos daqueles ocorridos com mulheres inseridas em estruturas

familiares com presença masculina. As migrações internas, por sua vez, mostram a ativa participação das mulheres nos fluxos migratórios, tanto entre províncias, como do campo para a cidade. Otero argumenta, quanto a este aspecto, que se deveria prestar mais atenção no futuro na relação entre atividades ocupacionais femininas e composição demográfica por sexo desequilibrada de cada região, a qual poderia ter papel importante na inserção mais tradicional ou mais dinâmica da mulher no mercado de trabalho.

Rosario Guenaga recupera o papel da mulher nos confins inóspitos da Patagônia do século XIX em *Familia y Mujer en los Espacios Nuevos* (caso: la Patagonia Austral). Nos informa que os esforços para a ocupação da Patagônia (a partir da década e 1880) levam o governo a atrair e assentar famílias habituadas à inclemência do clima, ao isolamento e às adversidades peculiares àquele cenário austral, originárias, em sua maioria, de Magalhães e das ilhas Malvinas. A grande maioria dessas famílias era de origem européia, particularmente irlandesa e inglesa, o que dará ao território um perfil particular, produzindo diferentes identidades e comportamentos de cunho social e cultural. Em geral, os grupos anglo-saxões e os croatas, inicialmente, tenderam a se manter isolados do resto da população, permanecendo em suas fazendas, com escasso contato com os centros urbanos locais, o que incentivou a persistência do uso de idiomas estrangeiros e a manutenção dos costumes, dificultando sua integração à identidade argentina. Dentro desse esquema social baseado nas famílias, num ambiente onde sua presença sempre foi minoritária, o papel da mulher se manteve dentro dos parâmetros tradicionais da época, não raro exercendo importante função na expansão do poderio econômico familiar, através do casamento. Entretanto, muitas dessas mulheres pioneiras, sem se afastar do papel feminino imposto pelos costumes, puderam exercitar sua independência e capacidade de decisão na lida diária e, principalmente, nas transações comerciais.

Carina Laura Frid de Silberstein, em *Inmigrantes y Trabajo en Argentina: discutiendo estereotipos e construyendo imagenes. El caso de las italianas (1870-1900)*, vai dirigir seu olhar para as imigrantes italianas que aportaram na Argentina, particularmente na província de Rosario, nas últimas três décadas do século passado, analisando listas de passageiros e censos estatísticos. Seu objetivo é tornar visíveis as estratégias migratórias adotadas por grupos familia-

res italianos, nas quais o papel das mulheres não era apenas coadjuvante, como querem fazer crer as estatísticas italianas e argentinas, bem como demonstrar que aquelas mulheres apresentavam um espectro de qualificação para o trabalho bem mais amplo do que se acreditava. No período, a pequena proporção de viúvas e de mulheres mais velhas nos contingentes chegados à Argentina denunciava a importância atribuída à mão-de-obra feminina na construção do projeto familiar de assentamento na nova terra: privilegiava-se quem estava em melhores condições de participar ativamente, com trabalho e com capacidade reprodutora. Desmistificando a imagem simplificadora das italianas, construída a partir dos registros que consideravam ativas apenas aquelas mulheres que, ou declaravam desenvolver ocupações femininas tradicionais como tecelãs, costureiras, lavadeiras, ou genericamente professavam ofícios agrícolas, a autora desvenda uma estrutura ocupacional feminina tanto diversificada, quanto equilibrada. De fato, as italianas chegadas ao porto de Buenos Aires entre 1883 e 1889 eram mulheres cujos ofícios se identificavam tanto com a indústria domiciliar (tecelãs e rendeiras, por exemplo), como com a demanda urbana por serviços domésticos (lavadeiras, amas etc.) e com as profissões rurais. Também Carmem Norambuena Carrasco vai se deter na análise das características do contingente de mulheres imigrantes que chegaram ao Chile, no artigo *La Mujer Inmigrante. Imagenes y Realidades. Chile 1865-1907*. Conclui que o número de mulheres imigrantes no período inicial de colonização foi bastante alto (superior a 45% do total de imigrantes), em função da característica de ocupação familiar que adquire o processo de imigração para o Chile, como, de resto, para todo o continente latino-americano. Destaca a influência social que essas mulheres - em geral alemãs (particularmente no sul), francesas, italianas e espanholas - tiveram na construção da nação chilena, como religiosas e educadoras, a algumas das quais é delegada a organização do nível secundário de educação feminina no país. Segundo a autora, "modistas, costureiras, cozinheiras, agricultoras e comerciantes, religiosas, educadoras, trabalhadoras industriais, profissionais liberais constituem o grupo de mulheres que através de todo o século XIX se radica no país. Com níveis de instrução superiores aos nacionais e majoritariamente em idade ativa, tanto para a procriação, como para o trabalho, essas mulheres se constituem em participantes ativas de uma sociedade em formação".

Finalmente, Eduardo Devés-Valdés em *La Mujer en el Pensamiento Latinoamericano del siglo XIX: una esclava muy frívola*, percorre a obra de alguns dos mais importantes autores latino-americanos do século XIX e constata que, salvo raras exceções, nesses escritos o tema da mulher não está presente de maneira explícita. Munido de uma visão intencional sobre as relações de gênero, o autor se propõe buscar nesse material indícios que permitam pôr em relevo os autores que se ocuparam do tema da mulher, identificar os critérios fundamentais pelos quais abordaram o tema e classificar os diversos tratamentos que lhe foram dados. Conclui que, em parte significativa da obra analisada, transparece uma concepção conservadora sobre o papel reservado às mulheres nas sociedades locais, associando-as ao espaço doméstico em contraposição à esfera pública, reservada aos homens. Nesse sentido, a classificação dos comportamentos femininos encontrados não ultrapassa os modelos aceitos socialmente, entre os quais se incluem os opostos da mulher frívola, vaidosa e ociosa e o da aquela ilustrada, virtuosa e trabalhadeira. Alguns poucos autores insistem na necessidade da mulher assumir um papel social além da esfera doméstica, como professora, profissional liberal ou como promotora de eventos culturais e artísticos. O autor ressalta que mesmo nesses casos, entretanto, não se coloca em discussão reivindicações que franqueiem às mulheres participação em cargos públicos ou políticos, ou direitos de cidadania que lhes permitam votar ou ser votada.

A coletânea se reveste de especial importância para todos aqueles que se dedicam a estudar temas relacionados às relações de gênero nas nossas sociedades latino-americanas, particularmente aos que buscam entender os

padrões de ocupação da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, suas origens históricas bem como os estereótipos de gênero construídos para justificá-los. Ao voltar o olhar para o papel da mulher – imigrante ou nativa, livre ou escrava – nas sociedades latino-americanas do século XIX e estabelecer um contraponto com a situação atual, dois sentimentos contraditórios emergem com clareza: de regozijo e de preocupação. O primeiro, de regozijo, se baseia no longo e árduo caminho percorrido pelas várias gerações de mulheres no espaço de um século em direção a um posicionamento de maior independência e igualdade em relação aos homens, tanto no que diz respeito aos direitos civis, quanto aos direitos reprodutivos e à própria participação no processo educativo e no mercado de trabalho. Neste final de século XX, as mulheres apresentam níveis de escolaridade mais elevados do que os homens, o que lhes abriu uma ampla e diversificada gama de possibilidades de inserção em vários tipos de trabalhos, muitos deles, até muito pouco tempo atrás, considerados redutos profissionais masculinos. Por outro lado, preocupa constatar que nos dias atuais é ainda bastante significativo o contingente de mulheres que permanecem confinadas em segmentos ocupacionais onde sua presença é tradicional, quietos em que os trabalhos são rotineiros e monótonos, exigindo baixos níveis de qualificação, com pequena ou nenhuma remuneração. Este último cenário sinaliza permanências que precisam ser ultrapassadas no ainda longo caminho que cabe a nós, mulheres deste e do próximo século, trilhar na direção de uma menor desigualdade entre os sexos.

MARIA ROSA LOMBARDI ■

Existe um ambientalismo feminista?

Gênero e Meio Ambiente.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam.

São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO: UNICEF, 1997.

A primeira palavra do título do livro deixa claro qual o recorte analítico privilegiado. O problema é que o leitor médio fica sem saber de que gênero se trata. De fato, o uso da categoria **gênero**, no Brasil, é muito restrito, supondo uma *iniciação na chamada perspectiva feminista*. Mesmo na universidade, os estudos de gênero,

como no caso da literatura, por exemplo, referem-se mais aos gêneros literários do que à construção do sexo social ou, na fórmula de Joan Scott¹, o gênero como organização social da diferença sexual. Vale dizer, a categoria gênero é intrinsecamente relacional e nos ajuda a entender como cada sociedade pensa o que é ser homem e ser mulher. Ora, tanto na apresentação do livro, feita por Jorge Werthein, da Unesco e Agop Kayayan, da Unicef, quanto no decorrer do próprio texto das autoras, a palavra gênero aparece como sinônimo de mulher. Assim, o título correto do livro deveria ser: Mulher e Meio Ambiente. No título, também, se sugere uma relação especial entre mulheres e o meio ambiente. A pergunta cabível é: qual a natureza dessa relação? Estariam as mulheres mais próximas da causa do meio ambiente por alguma química especial, como preconiza o pensamento conservador e o feminismo essencialista? Moacir Gadotti, que prefacia o livro, sublinha o fato:

"seria preconceituoso dizer, por exemplo, que a relação entre gênero e meio ambiente se dá fundamentalmente porque as mulheres são mais sensíveis, mais cuidadosas com o meio ambiente e preocupam-se mais com a natureza do que os homens, como se preocupam mais dos afazeres domésticos. Isso seria reforçar estereótipos em relação ao papel da mulher." (p. 10)

A defesa do meio ambiente passou a ser uma bandeira abraçada pelo feminismo a partir de quando? Como se sabe, o surgimento e expansão do feminismo contemporâneo, na década dos anos 70, no Brasil, realizou-se no quadro da oposição ao regime militar e de solidárias relações com outros movimentos oposicionistas, como a luta pela anistia política, a causa homossexual e outros movimentos contestadores. A defesa do meio ambiente constituiu uma bandeira de luta que foi empunhada, no Brasil, por grupos incipientes como aquele ligado ao jornal *Raízes*, editado por Carlos Eduardo Lins e Silva, em meados de 70, ao lado dos primeiros grupos e da imprensa feministas.

Em outras palavras, o chamado movimento verde desenvolveu-se paralelamente ao feminismo, sem que as mulheres se distinguissem especialmente na sua formação. Permanece pois a pergunta: o que seria uma "perspectiva ambiental de gênero"? As autoras dizem que a

Unesco "solicitou este trabalho considerando a ativa participação das mulheres no Brasil, nos anos 90". Mas, nenhuma outra frase esclarece qual teria sido, do ponto de vista da Unesco ou das autoras, esta participação. Deixemos, então, que as autoras, com suas próprias palavras, nos expliquem qual a contribuição do livro:

"Ao se afastar do debate sobre população e meio ambiente vieses neo-malthusianos, referindo-se à qualidade de vida das populações em sua diversidade social, diálogos, comunicação positiva tornam-se possíveis. Estimula-se com trabalhos desse porte, por sua vez, a legitimação de conhecimentos emergentes, resgatando sujeitos, cenários, ecos sem ecos em tempos próximos e ainda, nestes tempos, em muitos espaços, ou seja, com mulheres e homens em terras, corpos e casas singulares e conhecimentos em gestação, como os agenciados em organizações governamentais, não-governamentais, por movimentos sociais e grupos de base e comunitários, por práticas em processos, muitas que por dificuldades várias vêm e vão, sem ficar na história escrita, como as desvalorizadas por mulheres em comunidades remotas, em algumas ONGs." (p. 14)

Deixando de lado um certo rebuscamento literário do texto, tentemos resgatar a positiva intenção das autoras em pesquisar homens e mulheres que, no seu duro cotidiano e com os meios de que dispõem, agem no sentido da melhoria da qualidade de vida e da promoção da cidadania. Assim, é mérito do livro preocupar-se com as organizações e ações concretas que hoje se apresentam na realidade brasileira, tendo como norte a questão da preservação das espécies e do meio ambiente.

O livro propriamente dito inicia-se nas "questões introdutórias e metodológicas", quando as autoras apresentam a definição daquilo que consideram ser o "enfoque de gênero": "Para chegar a um novo modelo de desenvolvimento, todos os atores e atrizes sociais têm de ser contemplados, considerando suas vozes. É dentro dessa ótica que chamamos a atenção não só para a incorporação das mulheres em análises das necessidades práticas existentes, como na perspectiva de gênero para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas. O enfoque de gênero está centrado na vivência e incorporação de ações de homens e mulheres nas políticas e programas, para apontar diferenças e semelhanças e realizar propostas concretas de como garantir a participação mais efetiva". (p. 18)

O discurso gira em torno de homens e

¹ Vide, a esse respeito, entrevista concedida a Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmen Rial, na *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, vol. 6 n. 1, 1998.

mulheres utilizando recursos naturais de forma mais ou menos predatória, sem qualquer conexão com a questão concreta da lógica do capitalismo. Centrando o problema da desigualdade primordialmente nas diferenças entre homens e mulheres, as autoras terminam por adotar uma perspectiva culturalista, sem incorporar de fato a dimensão social relacionada à divisão e apropriação da riqueza. O discurso é genérico, como se o problema se resolvesse pela adoção de políticas públicas, sem referência às condições políticas de sua emergência.

No primeiro capítulo, as autoras apresentam o resultado de seu levantamento, realizado em quatro meses, iniciando por aquilo que denominam de ONGs de desenvolvimento e ambientalistas. Trata-se, a meu ver, da parte mais bem sucedida do livro, em que são apresentadas as organizações que trabalham em termos da temática ambientalista. Do conjunto de temas e questões que puderam ser pesquisados, é interessante notar que as palavras-chave encontradas nas entrevistas são "democracia e cidadania". Os participantes das ONGs diferenciam aquelas que defendem a cidadania em oposição "às ONGs prestadoras de serviços, entendidas como o braço executor de políticas do Estado" e que, nessa medida, terminam por perder sua autonomia e papel crítico. (p. 23) Também é nesta parte que são registradas perspectivas mais críticas, como a de Magda Renner, do Amigos da Terra. (p. 47) Para ela, da ECO-92 para cá:

"houve um retrocesso de cinquenta anos. Promoveu-se o neoliberalismo, que é absolutamente destrutivo da natureza e de todos os ecossistemas. O Brasil não cumpriu com nenhum dos seus compromissos. Há um documento do Fórum Brasileiro para ECO e agora o Rio+5. Apesar dito, não se protegeu a biodiversidade". (p. 47)

No segundo capítulo o foco está no movimento de mulheres no Brasil e na questão do desenvolvimento sustentável. Talvez pela elasticidade do tema, as autoras tiveram mais dificuldade em organizar o material coletado. Como o processo histórico de constituição das ONGs permaneceu fora do interesse da pesquisa não foram estabelecidos os laços efetivos entre a história do feminismo e o surgimento das ONGs e seus projetos. Com isso, se deixou de explorar a interessante trajetória da fundadora da Rede de Defesa da Espécie Humana- REDEH, a famosa Shuma, Maria Aparecida Schumacher, que pode ser considerada como uma competente

gestora de políticas sociais para a mulher, sendo também uma das fundadoras do SOS Mulher de S. Paulo, instituição pioneira do início de 80.

O inventário das ONGs e seus projetos constitui uma informação importante, assim como a preocupação em apontar iniciativas variadas com as quais mulheres, em geral pobres, tentam ressignificar o seu trabalho. Assim, concordo plenamente com Moacir Gadotti na seguinte consideração: "Essa parece-me uma das boas contribuições do livro de Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. Elas mapearam experiências, projetos e ideários, mostraram pequenos grandes gestos feitos para além dos discursos". (p. 10)

As experiências narradas, por outro lado, carecem de uma análise política. Assim, é constrangedor notar que, no item "experiências e representações sobre gênero e meio-ambiente/ONGs, de desenvolvimento" das três experiências apresentadas está a das catadoras de lixo (eufemisticamente chamado de material reciclável):

"Elas têm consciência de que estão fazendo um papel em ecologia, porque aprenderam que o papel é tirado da árvore, e então não se precisa cortar mais árvores. A limpeza da cidade produz lixo que é enterrado e jogado, gerador de poluição, de coisa venenosa. Por coisas bem simples, assim elas não têm vergonha de catar lixo". (Sanchet, Catadoras). (p. 37)

De fato, poder ressignificar a experiência das catadoras de lixo – como trabalhadoras – não pode nos impedir de denunciar o absurdo desta atividade. Levando em consideração a importância do movimento de trabalhadoras das florestas que organizaram, em 1997, o Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia (Mama), fica a sugestão para que elas sejam objeto do próximo livro anunciado.

A ausência no livro de qualquer menção ao movimento dos sem-terra, especialmente levando em consideração a ativa participação das mulheres, também é indicativa dos limites do trabalho. Estes limites, diga-se de passagem, não passaram despercebidos das autoras que assim justificam suas escolhas: "Nesse trabalho, privilegiou-se o exploratório, sem análises de discursos mais posicionadas sobre estado da arte quanto ideário, programas e políticas. Mapear perspectivas, práticas, tendo como núcleo e referência o movimento de mulheres na vertente ONGs e chegar a recomendações, eis a intenção". (p. 97)

Dessa maneira, os maiores problemas do livro decorrem de seu peso institucional e de seu

propósito explícito de apresentar uma visão otimista. Na verdade, o livro comprova o enorme abismo entre os propósitos tão bem formulados pela ONU e a dura realidade das brasileiras. Depois de lê-lo, concluo que a superação dos problemas depende de uma politização maior da ação e do pensamento ambientalistas descritos no livro. Nesse sentido, ainda não superamos o pioneiro trabalho dos participantes do Centro de Estudos Ecológicos de Santos, que, em *Ecologia e Sociedade* (São Paulo: Edições Loyola, 1978) afirmavam: "o que se pretende não é um sistema que se acomode às pressões

ecológicas, mas uma revolução econômica, social, cultural, que vá abolir a sede insaciável pelo lucro e a exploração do homem pelo homem e, conseqüentemente, instaurar uma nova relação entre homens, a coletividade e a natureza". (p. 299)

Vinte anos depois, a única modificação que eu faria a esse texto seria especificar que a nova relação entre os homens deve incluir a nova relação entre homens e mulheres.

MARIA LYGIA QUARTIM DE MORAES ■

O pânico ocidental face ao idêntico

Les Deux Soeurs et Leur Mère.

HÉRITIER, Françoise.

Paris: Editions Odile Jacob, 1994.

Inceste.

HÉRITIER, F. et alii.

Paris: Editions Odile Jacob, 1995.

Masculin/Feminin (La pensée de la difference).

HÉRITIER, Françoise.

Paris: Editions Odile Jacob, 1996.

Ao pensar na influência das teorias francesas sobre os estudos de gênero no Brasil é possível observar que são particularmente três disciplinas - Sociologia, Teoria Literária e História Social - as que mais têm influenciado a produção brasileira neste campo.

Na Sociologia conhecemos a significativa produção na área da Sociologia do Trabalho produzida pelo GEDISS¹ da qual a saudosa Bete

Lobo foi uma das principais divulgadoras no Brasil. Na área da produção em Teoria Literária conhecemos, curiosamente através da leitura das feministas pós-estruturalistas norte-americanas, a obra das francesas Hélène Cixoux, Luce Irigaray e Julia Kristeva. São, no entanto, os trabalhos franceses da área de História Social os que têm tido maior repercussão no Brasil. Muitos deles desenvolvidos em torno da orientação de Michelle Perrot² que editou, entre outras obras, a coleção *História das Mulheres*³. Por diferentes razões, entre elas a particularidade da Antropologia Francesa de privilegiar o estudo de sociedades tribais (em detrimento das sociedades ocidentais contemporâneas), a reflexão antropológica francesa no campo de gênero é bem menos conhecida e utilizada no Brasil.

Os últimos três livros de Françoise Héritier⁴ podem reverter esse quadro, pois trazem uma significativa contribuição estruturalista para os estudos de gênero no campo das teorias antropológicas, contribuindo para o debate no interior da disciplina sobre os invariantes culturais e sobre os **universais** da condição humana⁵.

² Na Universidade de Paris 7 (Jussieu).

³ Traduzida em português pelas Edições Afrontamento de Porto (Portugal).

⁴ Françoise Héritier é uma antropóloga engajada em diferentes lutas sociais contemporâneas, fazendo parte de inúmeras comissões e instituições, entre elas, o Conselho Nacional Francês sobre AIDS e a Academia Internacional das Culturas em Defesa dos Direitos Humanos

⁵ Héritier, detém um lugar de grande prestígio no

¹ Groupe d'Etudes sur la Division Sociale et Sexuelle du Travail, ligado ao CNRS, sediado no IRESCO.

No primeiro livro, intitulado *As Duas Irmãs e sua Mãe*, Héritier desenvolve um novo conceito, que ela intitula de **incesto de segundo tipo**. Conceito que busca ampliar as reflexões antropológicas sobre o interdito do incesto, que segundo a lição clássica de Levi-Strauss é a regra universal que permite a emergência da cultura, pois obriga todos os indivíduos a buscarem parceiros fora do grupo de parentesco consanguíneo. O incesto, segundo as teorias clássicas, é a interdição de relação sexual entre dois indivíduos que são considerados parentes. O conceito de incesto de segundo tipo sugere que há incesto em outras situações. Por exemplo, quando duas pessoas que são consideradas consanguíneas (segundo as leis de parentesco de determinada sociedade) mantêm, ambas, relações sexuais com uma terceira pessoa, elas estariam cometendo um incesto de segundo tipo. Isto porque a relação sexual produz um vínculo simbólico entre todos os indivíduos que compartilham sexualmente do mesmo parceiro, configurando-se portanto em incesto. Esta situação, que não é considerada incestuosa pelas teorias clássicas do parentesco, é percebida por muitas culturas como problemática e perturbadora das relações sociais.

Para desenvolver esta teoria, Héritier fundamenta-se na universalidade da centralidade dos fluidos corporais como sangue, saliva, leite e esperma, fluidos essenciais na configuração de identidades pessoais e grupais. Quando ocorrem relações de incesto de segundo tipo, no corpo do amante comum, realiza-se o contato entre fluidos corporais, como esperma e sangue, produzindo simbolicamente o incesto proibido. Para ilustrar seu argumento a autora dá exemplos colhidos em sua vasta etnografia africana mas também inspira-se nas relações triangulares abordadas na literatura ocidental. Longe de se configurar num conceito pertinente apenas a situações etnográficas tribais, o incesto de segundo tipo serve para analisar, no meu entender, questões com que muitas de nós vêm se debruçando em nossas pesquisas na sociedade brasileira contemporânea, como inúmeras relações afetivas que a literatura e o senso comum entendem como relações triangulares ou de infidelidade conjugal.

O segundo livro de Françoise Héritier, *Sobre o Incesto*, é uma coletânea de artigos de profissionais de diversas áreas que refletem sobre suas

práticas profissionais a partir da teoria de incesto de segundo tipo proposta em seu livro anterior. Boris Cyrulnik - neuropsiquiatra e etólogo - conhecido por suas pesquisas no campo das emoções humanas, compara comportamentos humanos e animais no que diz respeito ao que consideramos incesto. Dominique Vrignaud, juiz de menores, descreve seis processos de incesto e reflete sobre as contradições do código penal francês no que se refere à regulamentação das relações incestuosas. O artigo do pediatra Aldo Naour⁶ está centrado em dados empíricos colhidos em sua longa prática profissional, sobre as dificuldades da incorporação do pai na díade mãe/filho na cultura urbana das classes médias parisienses. Todos estes artigos me parecem de grande utilidade para aqueles que vêm pensando no Brasil, não apenas sobre parentesco, mas sobretudo sobre a violência nas relações pai/filha. No plano teórico creio que a contribuição da antropóloga grega Margarita Xanthakou é a mais interessante da coletânea, pois nos remete ao mito de Édipo, que serviu de base à teoria freudiana da constituição do sujeito, nos fazendo repensá-lo sob um novo ângulo. Quem já pensou que a origem do complexo de Édipo poderia estar vinculada não apenas ao incesto de Édipo com Jocasta mas também ao fato que tanto Laio quanto Édipo mantinham relações sexuais com um mesmo rapaz? A análise de Xanthakou amplia a interpretação corrente do mito que se vincula ao incesto consanguíneo mãe/filho incorporando a relação incestuosa de segundo tipo entre pai/filho.

Partindo da contribuição fundamental de dispensadores do século XX, Freud e Levi-Strauss, a problemática do incesto parecia até recentemente uma questão já dada sobre a qual não havia grande coisa a acrescentar. Este livro, no entanto, nos mostra que o incesto está sendo permanentemente reatualizado socialmente, tanto no campo das representações culturais contemporâneas (no cinema, nas novelas, na televisão e na literatura) quanto no campo das violações de direitos humanos de crianças, particularmente de meninas, em todo o planeta.

O terceiro e mais recente livro de Françoise Héritier, *Masculino, Feminino* (O pensamento da diferença) é composto por diferentes artigos onde ela se debruça sobre os mais variados significados das relações de gênero em diferen-

⁶ Renomado pediatra e psicanalista, que acaba de publicar um instigante livro sobre a relação mãe/filha - *Les Filles et Leurs Mères*. Paris: Ed. Odile Jacob, 1998.

campo acadêmico francês, pois é a herdeira de Claude Levi-Strauss na cadeira de Antropologia Social do Collège de France.

tes culturas, particularmente em sociedades tribais africanas. O livro se compõe de diferentes capítulos que abordam a centralidade dos fluidos corporais (sangue, esperma, leite materno), essenciais para a construção simbólica do gênero em diferentes culturas, assim como do parentesco, do celibato, da fecundidade, a esterilidade e as novas tecnologias de reprodução. São vários artigos que já haviam sido publicados anteriormente. Apesar da insistência da autora tanto no capítulo inicial quanto no final sobre a universalidade da opressão feminina para todas as situações de vida das mulheres, que ela chama de **valência diferencial dos sexos**, seu texto nos permite justamente visualizar o contrário. Ou seja, que pela riqueza com a qual diferentes grupos humanos simbolizam a diferença sexual é possível pensar na diversidade de experiências sociais de relações homem/mulher e não exclusivamente em relações de dominação quando se tratam dessas relações nos espaços do privado e da família. É claro que sua teoria da valência diferencial dos sexos continua sendo central para a análise das relações entre homens e mulheres que se estabelecem no campo das relações políticas mais globais, nas quais estão incluídas as relações estruturais de parentesco.

Me parece particularmente instigante a reflexão que Héritier faz do significado do sangue e do esperma em diferentes culturas para pensar, como ela já propôs em outro lugar⁷, sobre as insolúveis dificuldades da prevenção da AIDS, uma vez que é uma doença que se transmite principalmente por estes dois líquidos simbolicamente estruturantes das relações sociais. Sua reflexão sobre a problemática da reprodução também nos aponta para a universalidade

⁷ Ver a este respeito entrevista com Françoise Héritier, *Boletim da Associação Brasileira de Antropologia*, março de 1992.

de da culpa da mulher quando não há reprodução, mostrando que mesmo com a descoberta da esterilidade masculina e com as novas tecnologias de reprodução ainda é um tabu designar um homem infértil.

Uma outra interessante questão teórica abordada pela autora diz respeito às teorias da alteridade em diferentes culturas, centradas na dicotomia igual/diferente. Ao pensar na questão do valor **igual** para as sociedades ocidentais, ela formula a hipótese de que são sociedades que temem o **acúmulo de iguais**. Esta hipótese nos faz pensar nas representações negativas que temos no Ocidente das relações afetivas entre pessoas do mesmo sexo, e das diferentes teorias que foram construídas em torno da homossexualidade como "perversão", "doença" ou "desvio" ao longo da modernização ocidental.

Nestes três livros Françoise Héritier desenvolve uma visão estruturalista que parte do ponto de vista feminista sobre a problemática da diferença sexual. Dos três, creio que é em *Les Deux Soeurs et Leur Mère* que sua teoria está mais claramente formulada. No entanto, é *Masculin/Feminin* que me parece o livro indispensável para o campo de estudos de gênero, pois é nele que a autora aborda com mais exemplos retirados de seu vasto conhecimento etnográfico de como se dá a valência diferencial dos sexos. Não me parece que seja por acaso que este livro tenha se tornado referência básica no campo de pesquisas sobre gênero na França, servindo a pesquisadoras das mais variadas disciplinas. Espero, sinceramente, que o livro seja traduzido em breve, trazendo um contraponto às inúmeras traduções feitas nos últimos anos de autoras pós-estruturalistas norte-americanas, que criticam o estruturalismo francês sem o conhecerem verdadeiramente, particularmente na sua versão feminista.

MIRIAM PILLAR GROSSI ■

A tradição ou a felicidade?

Sonhos de Transgressão.

MERNISSI, Fatima.

São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1994.

Sonhos de Transgressão, de Fatima Mernissi, conta a história de uma menina em um harém no Marrocos, durante a ocupação francesa na década de 40. A autora é a própria protagonista do livro, uma mistura de autobiografia e conto inspirado num dos mais famosos livros de história, *As Mil e uma Noites*.

Sua história começa na pequena cidade de Fez, onde nasceu, em um Marrocos dividido ao meio entre franceses e espanhóis. "Os soldados de Madri", como os nativos os chamavam, ocupavam o norte do Marrocos, e os franceses, o sul. A cidade de Fez era então território francês, e é lá que se passa a história de Fatima. Uma história sobre fronteiras visíveis e invisíveis. Uma história sobre homens e mulheres e suas diferenças.

As diferenças culturais e religiosas entre nativos árabes e colonizadores franceses eram plenas. Tão grande que a cidade praticamente se dividiu em duas: a cidade antiga, onde moravam os árabes e a Ville Nouvelle, construída pelos franceses. As fronteiras eram também religiosas. Os franceses rezavam nas suas igrejas e cultuavam o seu Deus católico, e os árabes nas suas mesquitas rogavam a Alá, o Deus muçulmano.

Mas, se naquela época as diferenças religiosas segregavam os povos e suas culturas, nem sempre havia sido assim, como nos conta a própria Mernissi. No princípio dos tempos, judeus e árabes viveram juntos e em harmonia. O fato de ambos os povos terem sido expulsos da Espanha por obra da Inquisição, em 1492, parece ter criado um vínculo cultural e histórico entre estes povos, que conviveram no Marrocos pacificamente.

Mas agora era diferente. Na "Terra da Neve", os "allemans" perseguiam judeus e franceses. Era a Segunda Guerra Mundial, que os árabes acompanhavam pelo rádio e procuravam entender com as ferramentas de que dispunham. Principalmente aos olhos de uma menina curiosa, esse era o pano de fundo. A história que se desenrolaria revelaria os enormes contrastes existentes entre duas culturas. A do dominado e a do dominador.

O relato da jovem Mernissi nos fala do mundo das mulheres muçulmanas e de seus sonhos de libertação. As mulheres naquela época no Marrocos não podiam sair às ruas e eram obrigadas a usar um véu para esconder o rosto. Ela nos conta que essa proibição data da época em que os homens caçavam as mulheres para os seus haréns. O homem que conseguisse mais mulheres era nomeado Sultão. Daí nasceu o chamado harém imperial, que floresceu com as conquistas territoriais e com as dinastias muçulmanas. A partir de 1909, com a deposição do último sultão pelos ocidentais, e a ocupação de seus territórios pelos colonizadores, esta forma de harém entrou em declínio, surgindo então o harém doméstico.

O harém doméstico era muito diferente do imperial. Nele, habitavam famílias extensas com

casais monogâmicos, mas também com a tradição de isolar as mulheres do convívio mundano. Segundo a autora, o harém doméstico não tinha uma dimensão erótica: "O que definia bem este tipo de harém não era a poligamia mas o desejo dos homens de isolar as mulheres e o seu propósito de manter uma família extensa ao invés de fragmentá-la em unidades nucleares".

Mas mesmo dentro dessa categoria de harém doméstico havia diferenças: o harém da cidade e o harém do campo. No harém da avó Yamina, a avó materna de Fatima, tudo era diferente. Ela morava numa linda fazenda com animais, campos floridos, a cem quilômetros de Fez. As fronteiras não eram tão definidas porque não havia portões fechados. No entanto, a fazenda ficava totalmente isolada, de modo que não se tinha mesmo do que ter medo. As mulheres podiam correr soltas, andar a cavalo, tomar banho de rio, sem o perigo de serem vistas pelos homens. E se por acaso algum empregado da fazenda encontrasse com alguma das mulheres, ele tinha que abaixar a cabeça e seguir o seu caminho.

Mas, o que era exatamente um harém?, a pequena Fatima se perguntava... Se sua avó podia pescar, andar livre pelos campos e sua mãe não podia sequer pôr os pés fora do portão. A menina descobriu que, para as mulheres, harém era uma palavra que gerava discussões acirradas. Para umas era uma coisa boa, porque preservava as tradições. Para outras um atraso, porque escravizava as mulheres. As tradicionais achavam que se as mulheres fossem às ruas, os homens parariam de trabalhar e iam querer se divertir. A sociedade não avançaria e nenhum trabalho seria feito. As progressistas citavam os franceses: "Eles não aprisionam suas mulheres por trás de muros. Eles deixam que circulem livres pelo mercado local, todos se divertem, e nem por isso o trabalho deixa de ser feito. Na verdade, o trabalho rende tanto que lhes permite equipar exércitos poderosos e vir para cá atirar na gente". Mas as tradicionais respondiam que os tempos eram difíceis, que o país estava ocupado e a cultura árabe ameaçada. O harém era o que sobrava para preservar a tradição. Diante do que rapidamente as outras respondiam: "A tradição ou a felicidade, o que é mais importante?" A discussão prosseguia até não ter fim. Mesmo assim, elas conviviam entre si; sonhando, brigando, e se ocupando dos afazeres domésticos.

Mas o que era a felicidade para estas mulheres que viviam trancafiadas? A felicidade era a capacidade de sonhar. E sonhar era esca-

par do real. Fazer desaparecer as fronteiras. Para isso elas faziam teatro, contavam histórias, dançavam, ouviam rádio, faziam magia, estudavam astrologia, ficavam olhando o céu do terraço, meditavam, inventavam toda sorte de coisas para fazer. Através de atividades diárias como cozinhar, costurar, preparar seus próprios produtos de beleza, as mulheres árabes exerciam o seu poder e revelavam através dele a sua enorme riqueza. As mulheres eram poderosas. Elas sabiam disso. Por isso, os homens as temiam. Eles temiam ceder ao poder do seu encanto e beleza.

Apesar de poderosas dentro de casa, a maioria das mulheres no Marrocos era analfabeta. A segregação levou-as à ignorância e à falta de instrução. Mas isto começou a mudar com o movimento nacionalista. Eles estavam lutando contra os franceses e espanhóis e prometiam criar um novo Marrocos com igualdade para todos. Isso acabou acontecendo em 1956 quando o país tornou-se uma monarquia independente. Quando aconteceu, a menina Memissijá era uma moça de dezesseis anos. Sua infância

tinha ficado para trás e com ela a sua história.

Fatima Memissi se tornou uma das mais ardentes defensoras dos direitos da mulher muçulmana. É considerada hoje a mais interessante intelectual árabe publicada nas línguas européias. Feminista e socióloga, vem travando uma luta para divulgar outras autoras mulheres, ainda desconhecidas da grande maioria do público europeu. Ao contrário de suas avós e de sua mãe, ela se tornou uma mulher livre e respeitada no mundo todo. Hoje ela vive no Marrocos, onde leciona na Universidade Mohammed V, depois de um período na França e nos Estados Unidos, onde completou seus estudos. Sua obra mais conhecida, *The Veil and the Male Elite*, foi proibida em vários países do mundo árabe. Ao descrever o final trágico da vida da princesa Asmahan do Líbano, ela parecia saber o que esperar: "A mulher árabe não pode buscar o prazer sensual, o divertimento frívolo, a felicidade, e depois não sofrer nada".

DULCE QUENTAL ■

Trocadilho infame

Estupro: crime ou "cortesia" – abordagem sociojurídica de gênero.

PIMENTEL, Sílvia; SCHRITZMEYER, Ana Lúcia P. e PANDJIARJIAN, Valéria.

Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, Coleção perspectivas jurídicas da mulher, 1998, 288 p.

O livro *Estupro: crime ou "cortesia"* destaca-se não apenas pelo ineditismo da tema, mas sobretudo pelo enfoque adotado por suas autoras. Sílvia Pimentel, Ana Lúcia P. Schritzmeyer e Valéria Pandjjarjian reúnem as qualidades de brilhantes professoras em Direito, ousadas pesquisadoras e comprometidas militantes do movimento feminista. Assumem desde o início da obra a perspectiva pela qual desenvolverão a análise crítica de decisões judiciais em casos de estupro - trata-se da perspectiva sóciojurídica de gênero. A cada página do livro vislumbra-se

esta relação franca entre as autoras, enquanto sujeitos do conhecimento, e o objeto a ser pesquisado. A franqueza da relação criadoras/criatura, por si só, propicia a excelência da obra.

A investigação, como reconhecem as autoras no início da obra, foi suscitada quando um aluno, perplexo, encaminhou à professora Sílvia Pimentel uma decisão judicial acerca do crime de estupro, que mencionava parecer do Ministério Público entendendo que no caso o réu, Fernando Cortez, acusado da prática de estupro, nada mais fez à vítima que uma "cortesia". De acordo com a manifestação do Ministério Público: "Será justo, então, o réu Fernando Cortez, primário, trabalhador, sofrer pena enorme e ter a vida estagada por causa de um fato sem conseqüências, oriundo de uma falsa virgem? Afinal de contas, esta vítima, amorosa com outros rapazes, vai continuar a sê-lo. Com Cortez, assediou-o até se entregar (fis.) e o que, em retribuição lhe fez Cortez, uma cortesia." Estarrecedora, esta argumentação judicial consagra uma interpretação discriminatória com relação à mulher, que tem seu comportamento vigiado e controlado sob uma avaliação moral

e de vítima transforma-se em ré, quando o estupro, de gravíssima violência contra a mulher, passa a ser concebido como uma "justa retribuição".

O sentimento de indignação em face desta argumentação levou as autoras ao desafio de investigar as respostas jurisdicionais em casos de estupro, considerando as cinco regiões do Brasil. Seria o aludido parecer do caso Fernando Cortez uma manifestação isolada ou reproduziria uma tendência jurisprudencial pautada pelos mesmos valores discriminatórios e pela violência simbólica do discurso em relação à mulher?

Daí a elaboração do livro que ora se apresenta, que revela a lúcida análise de falas dos operadores do Direito em casos de estupro, a partir de uma perspectiva crítica de gênero, que objetiva ressaltar estereótipos discriminatórios. As autoras analisam, com cuidadoso rigor metodológico, o momento de aplicação e efetivação do Direito, a partir das dimensões fática, normativa e sobretudo valorativa. Este exercício é desenvolvido sob a crença de que homens e mulheres, enquanto sujeitos de direitos, são titulares da mesma dignidade fundamental e, por isso, a discriminação que alcança preferencialmente as mulheres constitui uma grave violação aos direitos humanos.

Em um primeiro momento, as autoras tecem as reflexões e o marco teórico do trabalho, enfatizando ser o estupro uma violência sexual de gênero. Gênero "tomado como um conjunto de papéis que são conferidos à mulher como obrigatórios e dos quais ela não pode afastar-se, sob pena de perder as condições que justificam o respeito que a sociedade lhe deve dedicar" (p. 23 do livro). Neste sentido, observam as autoras, o respeito à mulher está condicionado mais à adequação a uma moldura moral de comportamentos sociais, que propriamente à sua condição de sujeito de direitos. Gênero, assim, remete a uma relação social, na qual homens e mulheres têm papéis sociais previamente demarcados. Ao referente de gênero, as autoras adicionam as variáveis raça/etnia e classe social que, no entender de Heleith Saffioti, compõem os três pilares fundantes da sociedade, condicionantes da percepção do mundo e do pensamento.

É a partir deste marco teórico que as autoras, ao longo da pesquisa sóciojurídica centrada em processos judiciais de estupro, buscarão compreender o fenômeno da violência sexual do estupro, tornando explícitas as práticas discriminatórias e estereotipadas incorporadas pelos operadores do Direito quanto às questões de gênero.

Antes de enfocarem os doze casos chamados "referenciais", as autoras apresentam, com admirável rigor metodológico, um panorama de cinquenta casos judiciais pesquisados, nas cinco regiões do país, nos últimos dez anos. Este panorama revela o perfil dos acusados, absolvidos e condenados por estupro, o perfil das vítimas, o relacionamento entre indiciado e vítima e aspectos do processo judicial e das decisões.

Tendo em vista o universo panorâmico dos casos pesquisados, é que as autoras apresentam, em seqüência, o relato e a análise de doze casos selecionados, por entenderem "referenciais de conteúdos significativos que, na maioria das vezes, ressaltam a violência sexual do estupro enquanto violência de gênero, inserida em um contexto social díspar, repleto de estereótipos e discriminações" (p. 87). A pesquisa inova, deste modo, ao combinar as aprofundadas análises qualitativas ao tratamento quantitativo da matéria.

A partir de uma abordagem sóciojurídica de gênero, o estudo propõe-se a examinar as falas dos atores jurídicos, como também o próprio padrão da violência do estupro. Assim, a obra faz uma análise crítica acerca das atuações dos atores jurídicos, avaliando ainda de que forma se opera o estupro, enquanto violência sexual de gênero, com ênfase no estudo do perfil da vítima e do agressor.

Advertem as autoras que o estupro é um crime peculiar, em que a vítima, da condição de vítima, passa a ser acusada e considerada culpada da violência praticada contra ela. O estupro passa a ser um crime em que a vítima tem que provar que não é culpada e que não concorreu para a prática do delito. Prevalece o julgamento moral em detrimento de um exame mais racional e objetivo dos fatos. Oportuna aqui é a estupefacente lembrança da manifestação judicial que converteu o estupro de crime em cortesia.

A competente análise desenvolvida pelas autoras permite apontar a um quadro conclusivo inquietante e suscitador de ações e reflexões. Não obstante o processo de democratização deflagrado no país em 1985, a pesquisa demonstra que o Poder Judiciário, muitas vezes, vê-se como instância reprodutora de estereótipos, discriminações e preconceitos de gênero.

A discriminação é, em si, uma forma de violência e, por sua vez, a violência é, em si, também uma forma de discriminação. O padrão discriminatório impõe a violação a direitos humanos fundamentais, ao obstar o pleno exercício destes direitos.

Há que se reiterar que os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integrante e indivisível dos direitos humanos universais, como consagrou a Declaração de Direitos Humanos de Viena de 1993. Há que se acrescentar ainda que a violência contra meninas e mulheres, tanto na esfera pública, como na esfera privada, constitui violação aos direitos humanos.

Neste sentido, o Poder Judiciário deveria ser, por excelência, o *locus* privilegiado de efetivação de direitos, quando de sua violação. O acesso à justiça, como direito universal, traz a expectativa de que direitos ameaçados ou afrontados sejam, finalmente, restaurados e resguardados mediante a prestação jurisdicional. No entanto, a pesquisa revela que, por muitas vezes, a resposta jurisdicional transforma-se em uma segunda violência de que é vítima a mulher, na medida em que reproduz um padrão discriminatório quanto às questões de gênero. Na avaliação das autoras, os estereótipos, preconceitos e discriminações de gênero estão profundamente inculcados nas (in)consciências dos indivíduos, sendo, portanto, absorvidos tam-

bém pelos operadores do Direito e refletidos em sua *praxis* jurídica. Note-se inclusive que as próprias vítimas e seus defensores, por vezes, reforçam inconscientemente as estereótipos, reproduzindo modelos tradicionais patriarcais.

Daí a maior contribuição deste belo estudo: romper com o silêncio e exigir ações transformadoras no que tange à efetivação de direitos fundamentais, sob a perspectiva de gênero. O livro aponta a necessidade de incorporação de novos valores pelos operadores do Direito, capazes de assegurar uma prática democratizante e realizadora de justiça, na qual os direitos humanos possam concretizar-se, como a plataforma emancipatória contemporânea.

Ao refletir com excelência o pensamento jurídico crítico, em sua vertente feminista, esta obra simboliza um especial convite - o convite para recriar, reimaginar e reinventar, sob o enfoque de gênero, as práticas sociais e institucionais, sob a inspiração do paradigma da prevalência dos direitos humanos.

FLÁVIA PIOVESAN ■

A masculinidade em foco

Masculino, Feminino, Plural: gênero na interdisciplinaridade.

PEDRO, Joana Maria e GROSSI, Miriam Pillar (orgs.).

Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

Fruto do encontro Fazendo Gênero na UFSC, realizado em maio de 1996 no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, esta coletânea reúne artigos que expressam o atual debate interdisciplinar dos estudos de gênero e seus diferentes recortes temáticos e teóricos. Trabalhando um instigante diálogo estão a antropologia, a história, o direito, a psicologia social e psicanálise, entre outros. Frente à diversidade de aportes teóricos - embora a presença de alguns "clássicos" seja recorrente entre os vários artigos, tais como Michel Foucault, Nobert Elias, Sigmund

Freud, Joan Scott - há um ponto de convergência que merece destaque: a devida atenção à dimensão relacional das relações de gênero. Até há pouco tempo muitas coletâneas, autodenominadas como de estudos de gênero, limitavam-se na verdade a pesquisas sobre mulheres, sobre a condição feminina, deixando escapar de suas análises outras dimensões das relações inter e intra gênero.

A organização dos textos, mesmo que não explicitamente, segue dois eixos. O primeiro expõe o debate teórico que permeia o campo de estudos das relações de gênero, com ênfase nas discussões sobre os alcances e as limitações das teorias estruturalista e pós-estruturalista; o segundo apresenta reflexões a partir de dados empíricos, ou não, norteados basicamente por três: masculinidade, sexualidade e violência.

As reflexões epistemológicas ficaram a cargo de Margareth Rago, Maria Luiza Heilborn e Claudia Lima Costa. A primeira, historiadora, explora os efeitos de uma epistemologia feminista na historiografia. Chama atenção para o

papel crítico e transformador do feminismo no modo de produção do conhecimento científico. A crítica feminista tem como principal alvo o caráter particularista, ideológico, racista e sexista da ciência que se utiliza de categorias que excluem as diferenças. Aqui essa vertente do feminismo se aproximaria de alguns "filósofos das diferenças" (Foucault, Deleuze, Lyotard e Derrida), ao denunciar o processo artificial de construção de muitas categorias analíticas e ao combater a idéia de que o discurso seja mero reflexo de uma base material das relações sociais de produção. Partindo do pressuposto de que o discurso se apropria da realidade e lhe fornece múltiplos significados, Joan Scott, historiadora feminista citada pela autora, enfatiza em sua interpretação da história a importância do discurso na constituição de uma questão sócio-econômica. Para Scott, "a diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos é sempre construída pelos discursos que as fundam e as legitimam, e não como um reflexo das relações econômicas". Rago everreda por um campo minado, que tem instigado discussões entre as feministas de diferentes áreas do conhecimento sobre as influências "pós-modernas" nos estudos de gênero. Mais instigante, contudo, são suas reflexões sobre o papel de uma epistemologia feminista pensada "como uma forma específica de produção do conhecimento que traz a marca específica feminina, tendencialmente libertária, emancipadora".

Rago acredita na subversão feminina. Ao ocuparem espaços públicos e de saber as mulheres transformariam "inevitavelmente" esses campos. A historiografia não é mais a mesma após a influência feminista, havendo mesmo uma explosão de temas "femininos". Segundo a autora, seriam marcas de uma abordagem feminista a incorporação da subjetividade na análise científica e o questionamento da divisão corpo/mente, sentimento/razão. Sem dúvida, a história de homens e de mulheres não pode ser escrita sem considerar todas as dimensões de sua realidade social, e não se pode negar o papel do feminismo no resgate da dimensão simbólica e subjetiva na interpretação histórica. Contudo, é preciso atenção para não cairmos numa possível essencialização do poder emancipador do feminismo.

Maria Luiza Heilborn, por sua vez, reage contra uma apologia ao pós-modernismo e ao pós-estruturalismo, muito em voga entre alguns estudiosos das relações de gênero, em especial entre aqueles que abusam do método da desconstrução. Heilborn demonstra preocupa-

ção em relação às explicações generalistas e à idéia de que as teorias não oferecem uma explicação substantiva do real, permitindo diversos olhares possíveis a partir dos quais podemos observá-lo. Para a autora, o estruturalismo continua oferecendo subsídios que contribuem, por exemplo, para explicar a generalidade da assimetria intrínseca às relações de gênero. Para tanto, busca embasamento "nas contribuições de uma dada tradição francesa", a Escola Sociológica, a partir de Durkheim, passando por Lévi-Strauss e Louis Dumont. Deste último, sorve os argumentos para embasar sua defesa do estruturalismo, principalmente, para explicar a universalidade da hierarquia como ordenamento do mundo social. O jogo relacional que envolve a construção das categorias de gênero, o masculino e o feminino, estaria relacionado a um plano estrutural, no qual o masculino exprime-se por meio de nexos simbólicos referentes à marcação/descontinuidade/diferenciação/deslocamento; o feminino, por oposição, teria por base atributos como não-marcação/continuidade/indiferenciação/permanência. Os princípios de ordenação (hierárquica) do mundo manteriam essa característica bidimensional, comportando simultaneamente identidade e contradição. A expressão das propriedades distintivas dos gêneros estaria relacionada ao eixo marcado e não marcado-propriedades simbólicas particulares que constituem o masculino e o feminino e a relação hierárquica entre eles.

Reforçando o caráter pluralista da coletânea, que abre espaço para diferentes vertentes teóricas e disciplinares, e estabelecendo um certo contraponto às reflexões de Heilborn, está o artigo de Claudia Lima Costa. No artigo busca o diálogo possível entre o feminismo e o pós-estruturalismo, sinalizando discordâncias e afinidades.

As teorias pós-estruturalistas contestam a tradição **logocêntrica** ocidental e postulam que o sujeito é construído por sistemas de significados e representações culturais marcados por relações de poder. A autora observa que, embora o feminismo mantenha um articulado diálogo com essas teorias, há um movimento contrário. Entre aqueles que vêm como incompatíveis qualquer projeto entre o feminismo e o pós-estruturalismo cita Seyla Benhabib. Para esta teórica, "a dispersão pós-estruturalista do Sujeito, da História e da Filosofia em jogos de linguagem traz consigo o repúdio à subjetividade, aos ideais de autonomia, de reflexividade e de responsabilidade - todos requisitos para qualquer projeto de emancipação." (p. 61/62) A questão

central da crítica feminista ao pós-modernismo/ pós-estruturalismo estaria em rejeitar a fragmentação do sujeito e a destruição da **experiência** como categoria analítica. Para Costa essa categoria merece ser repensada dentro dos parâmetros lingüísticos e discursivos de maneira a desvelar seu caráter ideológico. Acredita que a ênfase nas relações materiais, sociais e históricas contida na definição de Teresa de Lauretis para o termo experiência, fugiria de uma noção reificada, bem como de seu esvaziamento textual pelo pós-estruturalismo. Costa argumenta que ao considerar a experiência, recusando sua reificação, pode-se abrir espaço para um maior entendimento sobre como a diferença é construída e sentida, permitindo o desenvolvimento, inclusive, de uma atitude de interesse e preocupação em relação às diferentes experiências vivenciadas por outros sujeitos.

O texto de Costa tanto como o de Heilborn trazem em suas poucas páginas um debate complexo, atual e necessário entre os estudiosos do gênero. Os textos refletem não somente as diferenças epistemológicas de duas áreas disciplinares distintas (Antropologia e Literatura), mas diferentes formas de olhar a realidade social e de compreendê-la.

O segundo eixo da coletânea apresenta, em sua maioria, discussões em torno de resultados de pesquisas. Um tema em especial inspira a maioria dos artigos deste bloco: a masculinidade. Antes, porém, menciono outros dois artigos, com assuntos específicos.

O artigo de Sílvia Emilia Espósito busca na Psicanálise uma outra forma de apreender a diferença sexual, e conseqüentemente de compreender a sexualidade humana, que não aquela a partir da diferença anatômica; já Tereza V. Almeida nos remete à historicidade da própria história da literatura para mostrar os vazios históricos, a ausência de (auto) representações no feminino, fruto da ausência do corpo, neste caso do corpo feminino. O resultado foi a sistemática não inclusão das mulheres nos cânones literários. É a partir dessa ausência que Almeida envereda sua análise de gênero, tematizando as intrincadas relações entre o literário e o social que construíram a ausência do corpo feminino. A meu ver, mais propriamente, a do sujeito histórico feminino.

O crescente interesse pelos homens e pela masculinidade como objeto de estudo se apresenta como decorrência do processo de amadurecimento dos estudos de gênero. Até há pouco tempo era preciso recorrer exclusivamente à literatura anglo-saxônica ou america-

na se quiséssemos um aprofundamento do tema da masculinidade. Contudo, para alguns o foco nos homens, neste momento, traz o risco de enfraquecer ainda mais as demandas feministas frente à disputa pelos financiamentos para as pesquisas e projetos de intervenção. Para outros, as atuais discussões tendem a dissimular as relações de poder e hierarquias que envolvem as relações de gênero. Os artigos desta coletânea permitem avançar nesse debate e contribuem para preencher uma aparente lacuna na bibliografia de gênero.

No Brasil, Sócrates Nolasco, que em 1985 realizou um Simpósio do Homem, vinha sendo uma das principais referências nas pesquisas sobre masculinidade. A partir daquele evento disseminou-se a idéia de que os homens estavam em **crise**. Maria Regina Azevedo Lisboa procura entender o significado da crise destes homens que até então vinham carregando a "coroa". Ela faz uma leitura crítica de alguns autores, cujos argumentos ao tentar "diluir as fronteiras entre o masculino e o feminino, tendem a difundir a idéia de que deve ocorrer um processo de feminização dos gêneros". Lisboa acredita que a crise masculina é resultado da maneira como vem sendo construída a subjetividade masculina frente às exigências de mudanças colocadas a partir de um referencial feminino.

Um tema recorrente entre aqueles que pesquisam as masculinidades é o da homossexualidade. Aqui o assunto é abordado por Dennis Werner. Ele sugere que uma teoria evolutiva, baseada em pesquisas biológicas, psicológicas e etológicas, pode ajudar a explicar alguns aspectos da variação cultural da homossexualidade. Sua proposta de explicação evolucionista da homossexualidade parte de duas questões: a primeira se refere à adaptação biológica frente às pressões da seleção natural e a segunda diz respeito à estrutura, à gênese do homossexualismo. O argumento **heterozigótico**, que sugere que a homossexualidade decorre de genes para submissão, parece ser aquele que mais seduz o autor. Se quiséssemos compreender a evolução da homossexualidade, teríamos antes que compreender a evolução da submissão. Aqui Werner descreve uma série de comportamentos de nossos cognatas, ou seja, de macacos, com o objetivo de buscar elementos comparativos com o comportamento sexual humano. Ele acredita que "é possível reconhecer muitas semelhanças na mecânica de encontros sexuais, no seu conteúdo emocional, nas situações sociais às quais são associados

etc." A partir do que seria possível apreender os tipos de transformações estruturais necessárias para a evolução de uma espécie para outra. Basicamente, o comportamento homossexual nos primatas teria um papel pacificador e de subordinação. Essa característica de certa maneira perpassaria a evolução da homossexualidade humana, que teria se originado "em função da importância cada vez maior da cooperação masculina, começando com o reconhecimento de territórios, passando pelas hierarquias de dominância, e terminando com alianças e afeto". (p. 116) Os argumentos que Werner apresenta causam um certo desconforto, provavelmente devido à resistência que muitos têm em relação às explicações evolucionistas e biológicas, em especial, quando se referem a comportamentos sociais. Intrigante, porém, é a idéia de que a submissão e uma certa subordinação estariam garantindo a sobrevivência e adaptação dos homossexuais ao longo da história.

Um ambiente marcado por valores machistas - o sertão nordestino -, num momento histórico específico - o cangaço de Lampião -, serviu de fonte empírica para que Ana Claudia D. R. Marques investigasse a questão da honra. Num primeiro momento, a defesa da honra sertaneja se evidencia como legitimadora da violência, mas seu significado se estende para além e define princípios de virilidade, fidelidade e justiça. Esses valores são assimilados e passam a definir a honra cangaceira, muitas vezes levada ao extremo, justificando, por exemplo, os casos de vingança. A autora descreve não só a participação dos homens no cangaço, mas também das mulheres e seu papel na moralização dos costumes do bando. A honra feminina estava em preservar a virtude, traduzida na fidelidade ao companheiro, na posição de "mulher casada" e defensora da família. Para cangaceiros e cangaceiras a defesa da honra parece ser o escudo necessário para a preservação de sua imagem e aceitação social.

O artigo de Maria Bernardete R. Flores discute as hierarquias de poder entre homens e mulheres na configuração populacional numa ilha de Santa Catarina em meados do século dezoito. Flores relata a chegada de casais açorianos ao sul do país. Interessante é a descrição sobre as condições absurdas em que as mulheres realizaram essas viagens: trancadas em pequenos compartimentos nos porões dos navios. O objetivo era mantê-las fora do alcance de estranhos, preservando assim a honra feminina, que por sua vez era a garantia da honra masculina. Valores como esses nortearam a

organização familiar, com estrita divisão do trabalho, segundo o sexo. Porém, como os homens eram também responsáveis pela atividade pesqueira e pela defesa da ilha, sendo muitas vezes recrutados para atividades militares, as mulheres passaram a assumir muitas das atividades que iriam garantir a subsistência da família. Abria-se, assim, a possibilidade de contato com outros espaços, além do doméstico, redefinindo a postura daquelas mulheres frente ao mundo. Não significando, contudo, uma alteração nas relações de poder, pois a autoridade reconhecida era ainda a masculina. A questão da honra volta a ser discutida também neste artigo, fornecendo interessantes pistas para se pensar a construção social das identidades masculinas.

A constituição da identidade masculina, na atualidade, é o assunto de Maria Juracy T. Siqueira. Suas reflexões são desenvolvidas a partir dos resultados de uma pesquisa-ação desenvolvida junto a uma escola pública da rede estadual de Florianópolis. Nas visitas domiciliares realizadas às famílias das crianças de duas turmas de pré-escola, Siqueira identificou seis famílias cujo homens estavam desempregados e se ocupavam dos afazeres domésticos, enquanto suas mulheres estavam trabalhando. Tratava-se de famílias de um bairro popular, todos com filhos menores. A autora procurou compreender quais as motivações - já que a crise econômica e o desemprego não se revelaram como justificativas satisfatórias - que teriam levado esses homens a inverter uma tradicional divisão sexual do trabalho. Defém-se, contudo, no caso específico de um homem que teria se identificado como "dono-de-casa". Entretanto, mesmo assumindo-se como dono-de-casa seu discurso com relação ao lugar do homem na família, na sociedade, seus significados sobre masculinidade não são expressivamente diferentes das concepções de outros homens, tão ou mais participativos. Fica a curiosidade quanto a outras distinções possíveis em relação aos outros homens da pesquisa.

Esporte e masculinidade se abrem como um campo fértil para os estudos de gênero. O artigo de Carmem Silvia Rial explora particularmente o rúgbi e o judô. A escolha do primeiro se justifica por seu caráter violento, disseminado entre as classes médias e alta, e o judô por se tratar de um esporte de luta e ter sido praticado, por muito tempo, apenas por homens, de quem se exigia uma disciplina rígida. Rial recorre ao esporte como um dos espaços de construção da masculinidade. Enfatiza que cada esporte

pode oferecer um modo próprio de codificação e um *ethos* específico, ou seja, vários significados de masculinidade podem ser elaborados. Também neste artigo a questão da honra é abordada e, finalizando seu texto, a autora tece algumas considerações sobre a participação das mulheres em esportes definidos como masculinos.

Saindo do tema da masculinidade vamos para a seara do direito e da violência. Jeanine N. Philippi, por exemplo, trata da questão de gênero a partir de uma abordagem da categoria de sujeito do direito. Ela desnuda a neutralidade dos processos jurídicos e nos mostra que a ação classificatória da lei reproduz formas de discriminação. Como ela diz, o direito sutilmente integra e marginaliza seus sujeitos. Essa marginalização é legitimada por “verdades científicas” que criam teorias incorporadas pelo direito. Para exemplificar suas observações, a autora cita os preconceitos em relação à sexualidade, particularmente, aos comportamentos homossexuais. Por serem homossexuais, indivíduos (somos todos iguais perante a lei, por princípio) são impedidos de casar ou transmitir bens para seus parceiros. Philippi vai buscar na Psicanálise subsídios para compreender “a irracionalidade e a violência dos preconceitos em relação à sexualidade humana”. Se o homem é um ser desejante, cujo corpo pulsional é atravessado pela ordem simbólica, “como rotular os sujeitos em função de suas opções sexuais se a condição humana distingue-se, sobretudo, pela marca da diferença, impossível de ser abarcada por padrões de normalização das condutas?” (p. 160) Essa é a indignação que norteia o artigo de Philippi.

Ainda no âmbito do direito, Joana Maria Pedro discute sobre a criminalização progressiva de práticas abortivas e de infanticídio no início do século, na cidade de Florianópolis. A história da criminalização de práticas costumeiras podem, na opinião da autora, contribuir para desnaturalizar questões e desconstruir estereótipos que cristalizam as hierarquias presentes nas relações de gênero. A prática de aborto e infanticídio teria passado a ser combatida a partir da década de 20 por meio de notícias de jornais, que veiculavam os processos judiciais sobre aborto e casos de infanticídio. Práticas antes autônomas de gestão do corpo feminino

passaram a sofrer controle público. O discurso produzido pelos processos judiciais alimentaram a mídia e a opinião pública, reverberando até hoje nos valores que restringem o direito individual das mulheres decidirem sobre o seu próprio corpo.

O último artigo da coletânea, escrito por Miriam Grossi, trata da violência doméstica. A principal questão que norteia suas reflexões é a de compreender porque as mulheres vítimas de violência conjugal permanecem com seus companheiros violentos. O artigo foi dividido em três partes. Primeiro, Grossi define o conceito de violência contra a mulher; depois, recupera algumas narrativas de mulheres vítimas de violência e, por fim, apresenta algumas contribuições teóricas para o debate. A autora privilegia a categoria violência doméstica, propondo-se a problematizar apenas as violências nas quais as mulheres são envolvidas no âmbito do privado. O *locus* de investigação é a conjugalidade, entendida como “projeto afetivo/emocional de duas pessoas, não necessariamente vivendo sob o mesmo teto, nem tendo filhos.” Essa escolha permite a Grossi ampliar a problemática da violência e incorporar o homem como uma possível vítima, estendendo o seu universo de investigação também para a violência nas relações homoeróticas. A autora refuta, desta maneira, um paradigma muito disseminado entre os estudiosos da violência, que atribui uma natural fragilidade e subordinação das mulheres aos homens e que caracteriza a violência como sendo intrínseca ao gênero masculino, mesmo quando exercida por mulheres. Grossi prefere se aproximar de outro paradigma, no qual a violência só pode ser entendida como uma relação afetivo/conjugal, construída a partir da comunicação de cada casal e a partir de um contexto cultural específico.

Masculino, Feminino, Plural, organizado por Joana Maria Pedro e Miriam P. Grossi, é o resultado do trabalho de um grupo ativo, que vem reforçar a importância dos Núcleos de Pesquisa para a consolidação dos estudos de gênero e para o avanço nas discussões sobre os resultados de nossas pesquisas.

Os olhares de gênero no plural

Horizontes Plurais. Novos estudos de gênero no Brasil.

BRUSCHINI, Cristina e HOLLANDA, Heloísa Buarque de (orgs.).

São Paulo: FCC/Ed. 34, 1998.

O século XX vai chegando ao seu fim e não se pode deixar de reconhecer a tamanha importância que as mulheres nele tiveram, sobretudo a partir dos anos sessenta. Nas primeiras décadas, as mulheres eram ainda desconhecidas e desconsideradas como indivíduos e existência social. Em meados do século, começam a sair detrás das frestas, das portas, das sombras. Ganham visibilidade e já não passam mais despercebidas, por sua força, pluralidade, diversidade e sofrimento. De mansinho foram migrando dos espaços privados, conquistando e se instalando nos diversos espaços sociais e públicos. Influenciaram, dinamizaram e, muitas vezes, foram decisivas na direção dos caminhos percorridos ao longo deste século XX.

Esta coletânea, *Horizontes Plurais*. Novos estudos de gênero no Brasil, composta por treze artigos, foi organizado por Cristina Bruschini e Heloísa Buarque de Holanda. Apresenta os resultados dos projetos vencedores do VII Concurso de Dotações para a Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero, da Fundação Carlos Chagas, apoiado pela Fundação Ford, que de maneira engenhosa e competente foi coordenado pela pesquisadora Cristina Bruschini, desde sua implantação, em 1988.

Os textos aqui reunidos representam uma arguta incursão multidisciplinar sobre as diversas questões e experiências que povoam os universos femininos e masculinos nas novas sociabilidades sócio-culturais do contexto urbano contemporâneo. Retratam o vigor do pensamento feminista, que consegue inserir-se no âmbito das Ciências Sociais e nos espaços acadêmicos. Recortados pela perspectiva das relações de gênero, destacam a presença feminina tanto como sujeito de estudo quanto como sujeito investigador.

As investigações percorrem temáticas fundamentais e envolventes da sociedade brasilei-

ra que, propostas como questões prioritárias e atuais nas diversas fronteiras disciplinares das Ciências Sociais e representativas da pluralidade regional do país, foram portadoras de mudanças nas sociabilidades e na cultura, demonstrando que a diversidade é benéfica, ao passo que a uniformidade reduz as nossas energias, vontades, ambições.

Interessante, nesta direção, o quanto, apesar das diferenças de caminhos metodológicos, fontes de dados, formação disciplinar das autoras, pode-se identificar vários eixos recorrentes, que transversalizam as investigações e análises. O que mais chama a atenção, nesta recorrência, é um sério esforço de refletir e discutir como estão sendo recriadas categorias no tratamento das temáticas estudadas. Daí que os trabalhos contribuam para questões teóricas e metodológicas mais abrangentes.

Os temas percorridos, sem pretenderem indicar soluções, sugerem outras formas ou maneiras de pensar um conjunto de questões e de problemas que podem ser agrupados em quatro eixos. O primeiro se refere às relações e articulações da sexualidade com questões tais como a prostituição juvenil, as práticas de violência conjugal, as implicações com a Aids, os novos códigos da vida amorosa como namorar ou 'ficar'. O segundo compreende a dinâmica das formas de redivisão social do trabalho e do poder, na vida profissional das mulheres e as rupturas que estas enfrentam no cotidiano, visibilizadas nos estudos realizados sobre a mulher juíza; com as mudanças domésticas e familiares em relação aos índios tukanos de São Gabriel da Cachoeira- Amazonas; com as famílias de pequenos produtores de fruticultura, em regiões irrigadas do sertão paraibano. O terceiro consegue revisitar as relações entre Sociologia e Psicanálise, sobretudo as categorias de feminilidade e masculinidade, fundamentais para se articular identidade e papel de gênero, além da sexualidade da escolha do objeto sexual. Finalmente, nos domínios da educação e da docência, os quatro últimos artigos se localizam. Neles se destacam as reflexões existentes sobre as relações de naturalização e desnaturalização da docência e mulheres.

Na introdução ao livro, suas organizadoras afirmam que "...os artigos reunidos... constituem sinais significativos dos amplos horizontes que se

abrem hoje para os novos estudos de gênero. São artigos que expressam este momento de reflexão e de produção de conhecimento no qual, mais do que instituir e consolidar um campo de estudos, estamos interpelando as fronteiras e contribuindo com novas e substantivas questões para nossos campos disciplinares de origem". A coletânea cumpre com esta promessa. Em alguns artigos o mergulho parte, fundamentalmente, da Psicanálise. Em outros, da História e também da Educação. Outros estão ancorados na Sociologia e alguns na Antropologia. Entretanto, a obra demonstra o quanto já se cumpriu, historicamente, apesar de ter demandado um enorme esforço, a etapa de consolidação do campo de estudo. O gênero já se consolidou e contribui, de fato, na atualidade, com questões fundamentais para os demais campos de estudos disciplinares específicos. E contribuiu, decisivamente, para o rompimento de fronteiras, para o exercício da interdisciplinaridade, à semelhança da violência e da sexualidade, temas que transversalizam os vários campos de estudos e tão presentes nos textos.

O texto que inicia o livro, intitulado Prostituição, Trocas e Convites Sexuais na Adolescência Pobre, de Aparecida Fonseca de Moraes, trata de identificar o chamado fenômeno da prostituição infanto-juvenil feminina. A autora afirma que estaria sendo construído um "arbitrário social" que relaciona o fenômeno a uma imagem homogênea de vitimização infantil, ademais de outras representações homogeneizadoras sobre os jovens. As instituições envolvidas na problemática e que vêm acumulando poder simbólico de conhecimento sobre o tema, tecem seus discursos seguindo uma linha vitimizadora, apresentando sempre uma criança necessitada de proteção, utilizando-se das categorias de "exploração", "abuso" e "violência sexual". Estas instituições acabam, portanto, "...se rendendo à lógica das concepções conservadoras dos grupos dominantes".

A investigação da autora levou-a a contrapor vários elementos bastante significativos a estes discursos de "expiação social e de denúncia pública". Afinal, deparou-se com uma defasagem entre estas representações e as vivências dos grupos envolvidos. Destaca a necessidade de se diferenciar, por exemplo, redes de exploração sexual e práticas dispersas ou eventuais de adolescentes que fazem programas sexuais sem a imposição de outrem. Outra diferenciação necessária diz respeito ao que seriam "convites" e "trocas sexuais". Encontrou estratégias de resistência, por parte das envolvidas, que

tratam de superar a representação da prostituição como um "destino" ou uma "sina".

Tomando o mapa geral das instituições pesquisadas, Moraes identifica uma lógica que termina por afastar a "menina" atendida de seu livre-arbítrio. Sublinhando-se sua vitimidade, prejudica-se sua possibilidade enquanto sujeito. Esta percepção não possibilitaria, por exemplo, a identificação de um certo prazer pelas transgressões, manifestado pelas adolescentes. Destaca ainda como estas revertem condições de coação. Diante de situações que poderiam submetê-las, acionam condutas de defesa e posturas ativas, além daquelas situações em que "tiram vantagem" ou "enganam" os homens facilmente. "De certa forma, elas demonstraram muito mais habilidade para construir e desfrutar uma posição de sujeitos do que a condição econômica e os sistemas dominantes de classificação e de normatização de papéis sexuais a princípio permitiriam". Daí que a autora destaca o cuidado em se concluir antecipadamente pela passividade das jovens em todas as experiências sexuais, classificadas genericamente como "exploradoras".

Insiste em que esta situação, assim como as acusações que são feitas contra elas, não seria percebida como diferenciação negativa ou denunciaria uma "identidade deteriorada". Elas rejeitariam tanto o lugar de vítimas quanto o de prostitutas, ou seja, os sistemas de estigmatização e de acusação. As visões sobre a prostituição oscilam entre a condenação e a tolerância, mas esta foi rejeitada como possibilidade em suas vidas.

Mas o texto não consegue convencer o leitor sobre a rejeição dos sistemas de estigmatização e de acusação. Afinal, assim afirma Lená Medeiros de Menezes, no texto *Dancings e Cabarets: trabalho e disciplina na noite carioca (1937-1950)* no mesmo livro. No Brasil "...a prostituição permaneceu estigmatizada por razões morais e religiosas, considerada não-trabalho pelos poderes públicos, que se recusaram sempre a garantir às que viviam exclusivamente da prostituição os direitos estendidos às outras categorias de trabalhadores". Lená conclui ainda seu texto, afirmando que "...os estigmas e as discriminações não se perderam ao longo do caminho". Estigma contra todas aquelas que trabalhavam na noite, tendo a prostituição chegado a ser definida, em dicionário, na época, como "...arte para o artista não morrer de fome".

De qualquer forma, o ponto mais importante a ser destacado é que, se algumas vezes

as adolescentes introjetam os modelos classificatórios exteriores e discriminatórios, na maioria dos casos os manipulam e os rejeitam. Assim, a maior contribuição do texto talvez diga respeito a ter dado visibilidade a respostas, representações, atuações, que são estratégias de defesa das mulheres frente a processos sociais que tentam inibir ou seqüestrar o seu livre-arbítrio e sua condição de sujeitos. O estudo foi particularmente privilegiado. Afinal trata-se de "meninas", identificadas como vítimas por excelência. Outros estudos deverão melhor destrinchar como e em que medida elas conseguem rejeitar ou manipular as qualidades estigmatizantes que lhes são atribuídas.

A não vitimidade também aparece no texto acima citado sobre os *dancingse cabarets* da cidade do Rio de Janeiro. O estudo trata de um período em que o eixo principal das discussões girava em torno da necessidade de uma estratégia de vigilância, disciplinamento e controle sobre o **mundo marginal das diversões**. Ou seja, tempo de definição das fronteiras entre as profissões nobres e vis, lícitas e não lícitas, que caracterizou a política trabalhista estadonovista.

O movimento entre prazer e lazer foi pesquisado, tendo como objeto de análise sobretudo a atuação da Delegacia de Diversões e Costumes entre os anos de 1937 e 1950. Neste processo, a autora analisa as complexidades decorrentes das íntimas interrelações existentes entre o mundo das artes e da diversão, passando estas atividades a serem reconhecidas como trabalho, ainda que controlado e discriminado, e o trabalho da prostituição não reconhecido como tal. Relação mais complexa ainda, na medida em que o ir-e-vir e as mediações existentes entre os dois mundos (bailarinas, parceiras exclusivas, prostitutas) eram constantes no cotidiano das mulheres. Ademais, muitos *cabarets* se transformavam, no período, em *dancings*, sendo estes considerados estabelecimentos mais apropriados para a diversão dos segmentos mais requintados do Rio de Janeiro.

A autora, identificando as dificuldades decorrentes da situação das mulheres, tais como o controle policial e os enquadramentos mentais da época, localiza a penetração do álcool e das drogas em seu cotidiano, "...ainda que evitemos apresentar uma interpretação simplificada de vitimização, tendo em vista que a grande maioria das mulheres permaneceu na atividade por opção, estabelecendo cumplicidade com a sua própria lógica".

O artigo *Violência Conjugal e o Recurso Feminino à Polícia*, de Elaine Reis Brandão, ana-

lisa a trama social da violência doméstica contra a mulher, através do estudo das mulheres que recorrem à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, para denunciarem a violência conjugal. No entanto, a autora se detém, mais precisamente, em compreender porque as mulheres que denunciam a violência acabam retirando as queixas. Ou seja, Elaine assenta sua reflexão "na solicitação feminina para interrupção dos trâmites legais desencadeados com a denúncia policial, abordando a lógica cultural que preside a 'suspensão' da queixa policial no âmbito de uma DEAM do estado do Rio de Janeiro". Em outras palavras, a prática da suspensão da queixa policial envolve um processo interacional construído na esfera institucional entre a lógica da 'vítima' e a do policial. Estas lógicas são diferentes e, por sua vez, refletem-se na relação entre a 'vítima' e o acusado. Portanto, a análise desenvolvida do fenômeno da **suspensão da queixa policial**, foi abordada em duas dimensões: a do contexto institucional que a engendra, na qual a autora focaliza o tipo e a natureza do atendimento policial dado às 'vítimas', e o universo sócio-cultural, compartilhado pela maioria das mulheres que recorrem à DEAM.

Este fenômeno mobilizou a atenção da autora. Embora não centrado nos elevados índices quantitativos (em torno de 70%), e que ainda são cada vez mais recorrentes em outras DEAMs e em outras regiões, constituiu-se o foco central desse artigo. Os recursos metodológicos utilizados na pesquisa empírica compreenderam desde a observação do atendimento policial cotidiano, sobretudo dos interrogatórios preliminares à fase de instauração do inquérito ou da suspensão do registro; a consulta aos registros e denúncias suspensos; e entrevistas com mulheres que retornaram à DEAM para solicitar a suspensão da queixa.

O texto tem o mérito de discutir e de desnaturalizar questões teóricas-metodológicas de porte, dentre elas a categoria sócio-cultural da violência contra a mulher, com isso desconstruindo noções já naturalizadas como a de vítima, de vitimização, de agressor, de culpa, de culpabilidade, além de certos padrões de moralidade vigentes. Também evidencia o caráter multifacetado das demandas femininas à DEAM, muitas das quais extrapolam suas funções específicas, evidenciando carências nos equipamentos públicos de suporte às mulheres, 'objetos' de violência. O que move essas mulheres a procurar o aparato policial é mais a incapacidade de responder a um **ideal de reciprocida-**

de entre 'vítima' e 'agressor' do que os ideais de justiça e de cidadania.

A DEAM, do ponto de vista de seu papel, rompe também com a expectativa das 'vítimas' porque nem sempre responde com eficiência e eficácia as demandas recebidas, não correspondendo às demandantes. Por que então, pergunta-se a autora, as mulheres continuam recorrendo insistentemente à DEAM? A autora responde que como um recurso simbólico, cuja função primordial é exercida na função de mediadora dos conflitos.

Portanto, a "suspensão da queixa é mais um elemento de negociação que a vítima disporia para barganhar com o acusado, no sentido de que ele volte a cumprir as obrigações masculinas assumidas, ou no mínimo não perturbe mais. Em suma, sem abrir mão de seus valores, as mulheres recorrem estrategicamente à ordem legal..., mas não delegam incondicionalmente à DEAM a resolução de seus conflitos... procurando gerenciá-los paralelamente à ação policial".

Por sua vez, Flávia Reith tratou de uma questão nova e instigante. Ficar e Namorar. São códigos de relacionamento amorosos próprios, diferentes mas paradoxalmente complementares. **Ficar**, contrasta com o **namorar**, pois é um 'envolvimento passageiro', como afirma a autora, que não pressupõe compromisso entre os 'ficantes' nem de amor nem de sexo; é compartilhado pelo grupo de referência e se caracteriza pela busca de conhecer e de estar com o outro; é uma relação que privilegia o presente; é uma festa que se instala, em ocasiões furtivas, repleta de signos sutis e clandestinos; ficar é o espaço da liberdade, onde se pode transitar, é lugar de troca, de experimentar, em síntese, é o espaço mais leve e móvel. Enquanto o namoro, se constrói como uma relação mais estruturada, mais reconhecida e que envolve vínculos mais formais, como o conhecimento dos pais, a perspectiva de casamento, de compromisso. É o lugar da fidelidade, da fixidez da cobrança, da interdição. Tais diferenças permitiram à autora discutir a pluralidade do amor e da sexualidade na construção da história sentimental de adolescentes mulheres e homens. A díade ficar/namorar representa e sintetiza as ambigüidades que pautam os códigos de relacionamento entre os jovens, a qual não é deslocada das ambigüidades e dos conflitos do estado **deserjovem**, de confrontar o novo e o velho, o moderno e o tradicional. Isso ficou claro nas discursividades dos entrevistados, um grupo de jovens gaúchos, estudantes do segundo grau da Escola Técnica Federal de Pelotas/RS.

A contribuição da autora é mais realçada quando trata a díade ficar/namorar como uma divisão aparente nos relacionamentos amorosos e sexuais. Essa aparente divisão é completamente móvel e rompe com certos códigos, redefine e incorpora outros, e é nessa gangorra amorosa que se balançam os jovens de hoje. Os discursos/falas expressam esse movimento. Para as 'gurias', ainda, o amor está vinculado à sexualidade e a virgindade representa o valor cultural mais importante. "A virgindade é pessoal, delicada e rara", afirma uma adolescente. É ainda o que constitui o 'capital simbólico', pelo qual se movimenta o pêndulo do 'mercado matrimonial'. Fato este que desde as nossas avós, há várias gerações passadas, já tinha o mesmo valor. Para os 'gurus', o amor e a sexualidade aparecem dissociados, e a importância maior centra-se na ideologia da virilidade e na honra, garantidas pelo bom desempenho e reafirmada pela *performance* sexual. Enquanto que as 'gurias' destacam a **segurança e proteção masculinas**, resignificando as formas de **dependência**, para os 'gurus', o maior peso está em considerar que a **beleza é fundamental**.

Portanto, esses 'arranjos' de **ficar e namorar**, diferem de um sexo e de um gênero para outro, demarcam significados novos, regulam relações de individuação entre o tradicional e o moderno.

A ponte entre o primeiro e o segundo eixo, referenciado na Psicanálise, é feita por Regina Célia Pereira Campos no texto Aids: trajetórias afetivo-sexuais das mulheres. Lembrando Freud, a autora aponta como o conceito de masculinidade significando atividade está fundamentado na noção da bissexualidade psíquica de todos, homens e mulheres. E esta se refere à bipolaridade do desejo e não à diferença entre os sexos. Há que se ter cuidado para não se confundir ser mulher com ser passiva e ser homem com ser ativo, ainda que o resgate narcísico seja trabalho árduo para as mulheres, para sua organização psíquica do Ideal do Ego secundário e do Superego. A cultura privilegia o lugar de dependência para elas, e a ênfase no cuidar favorece que elas observem as vozes dos outros antes que seu juízo próprio.

Apesar da permanência do vínculo de dependência primitivo (laços primários com a mãe) e das convenções sociais que se opõem à autonomia da mulher, formas menos tradicionais fazem-se cada vez mais presentes, possibilitando que a cisão entre metas femininas e masculinas do ideal do Ego e do Superego coexistam no seio das estruturas psíquicas da

mulher sem delegação do homem. Entretanto, a autora lembra que "...diante das contradições, ambigüidades e limites que permeiam as relações sociais, novas tentativas de formar saber e poder são forçadas pela mulher".

A abordagem psicanalítica também foi o referencial para Sílvia Alexim Nunes em *A Mulher, o Masoquismo e a Feminilidade*. A autora visibiliza muitas das ambigüidades das teses freudianas, mas localiza o tempo e o contexto em que Freud viveu, caracterizado pelo privilégio de duas categorias discursivas sobre a mulher, a **histeria** e o **masoquismo**. Analisa o amadurecimento das análises freudianas sobre a mulher, mostrando que vai se desenhando em Freud uma figura de sujeito na qual o traço básico seria o desamparo. Esta idéia teria lhe possibilitado a articulação da noção de feminilidade como um conceito teórico que foi se articulando no último período de sua obra, desvinculando-o da imagem de mulher, porque o que constitui o masculino e o feminino seria algo que fugiria ao alcance da anatomia.

Em 1938 o conceito de feminilidade cresce ainda mais: através dele, Freud teria reido toda a problemática da castração para os dois sexos, dissociando-o da mulher e do corpo feminino. Feminilidade se afirma como um conceito para além da diferença entre os sexos, como uma categoria universal, e uma experiência determinante para os indivíduos se situarem em nossa cultura. Ela seria então condição originária do sujeito, fundamental na subjetivação de ambos, homens e mulheres. "...a experiência da feminilidade torna possível formas diferentes e singulares de subjetivação e de inscrição na ordem do discurso. Assim, a feminilidade abriria espaço para que novas possibilidades de criação aconteçam... Ao descobrir-se castrado, o sujeito se reencontraria com uma feminilidade primária, que, se por um lado o remete a uma experiência de angústia, de outro lhe abre novas possibilidades sublimatórias". Nestes termos o masoquismo feminino seria uma forma possível de defesa contra as experiências primordiais do desamparo e da feminilidade. A subjetividade masoquista pode ser pensada como uma forma possível de inscrição do sujeito na ordem da cultura.

A autora conclui que a mulher masoquista seria aquela que ao se deparar com um universo restrito, marcado por insígnias fálicas universalistas, aceita o jogo da sujeição, tentando fugir do desamparo, da dor e do sofrimento, "tirando daí seu quinhão de prazer". Assim, *Madame Bovary*, de Flaubert, publicado em

1875, bem exemplifica a situação em que o ideal doméstico hegemônico no final do século passado poderia não exercer nenhuma atração, gerando um *quantum pulsional* insatisfeito. Emma, rebelde ao ideal feminino hegemônico "...Diante de sua feminilidade, procurou incessantemente evitar a dor do desamparo através de uma sujeição masoquista a um outro masculino".

Entretanto, Sílvia, partindo da possibilidade criativa da feminilidade humana, compara a com uma trajetória oposta: Nora Helmer, da peça *Casa das Bonecas*, de H. Ibsen, escrita em 1879. Inicialmente satisfeita com sua domesticidade, a partir de uma vivência difícil, rompe com o marido e com sua situação estável de mãe e esposa realizada, sabendo, à diferença de Madame Bovary, que não seria possível abrir mão de uma insígnia identificatória sem ter que suportar a dor e a angústia do desamparo. "Castrada, ela vai reencontrar sua feminilidade primária, que precisará suportar, e a partir dela descobrir e inventar novos caminhos". Em lugar de buscar proteção em outro homem, que remendasse seu narcisismo ferido, lança-se na busca de seus próprios e imprevisíveis caminhos. Em nome de si e de seu desejo de se constituir como sujeito independente, buscou novas formas de identificação e de sublimação.

Apesar de analisar o percurso de duas mulheres, a autora, fiel ao conceito universalizante de feminilidade do último período freudiano, evidencia dois caminhos possíveis diante do encontro com esta, tanto para homens quanto para mulheres. Mais uma vez, o eixo antivitimidade dos textos se reatualiza.

No terceiro eixo, que rediscute a importante questão da divisão sexual do trabalho, localiza-se o artigo *A mulher Juíza e a Juíza Mulher*, de Eliane Botelho Junqueira. Analisando o peso da variável gênero na composição da magistratura, no Rio de Janeiro, pergunta-se a autora "...que consequências estaria trazendo para o entendimento do direito e para o funcionamento da justiça a feminização da magistratura?" Será que existem lógicas distintas de gênero no exercício da magistratura? Ou será que a mudança na composição social por gênero da magistratura traz pouca (ou nenhuma) consequência na interpretação das leis, uma vez que outras seriam as causas mais contundentes? Esse fatores poderiam ser caracterizados, segundo a autora como "...processos de socialização nas faculdades de direito, nas profissões jurídicas e na própria carreira", que teriam um peso maior do que a variável gênero?

Para responder estas e outras questões, a

autora analisou os dados quantitativos sobre a presença da mulher no mundo jurídico, no estado do Rio de Janeiro, bem como realizou um conjunto de entrevistas com juízas e atores jurídicos. Eliane chama bem atenção quanto se usa a expressão **feminização das profissões jurídicas**, para indicar que existe o aumento quantitativo das mulheres e mudanças qualitativas nas relações dentro do poder judiciário, sobretudo bem caracterizada pela literatura norte-americana. O quantitativo se ancora nas razões do aumento da presença das mulheres na carreira jurídica; enquanto o qualitativo explicita duas ordens de razões. A primeira enfatiza a importância da influência das características femininas nas sentenças judiciais. Nesse sentido a profissão seria 'feminizada', quando as características femininas, supostamente distintas das masculinas, fossem reconhecidas no desempenho profissional. A segunda, afirma a autora, "voltada para uma *feminist approach* no processo decisório, a presença da mulher na magistratura representa uma oportunidade libertadora em relação à submissão que lhes é tradicionalmente imposta". Portanto, é nas contrafaces da dimensão qualitativa que a autora metafóricamente analisa a mulher juíza e a juíza mulher.

Pesquisas americanas recentes demonstram que a inserção das mulheres no mercado de trabalho e as dificuldades enfrentadas na vida profissional têm sido analisadas por duas categorias: uma que compreende o acúmulo de uma multiplicidade de papéis sociais, e outra que se refere à existência de papéis sociais incompatíveis entre si. Não são situações excludentes, ao contrário, ocorrem simultaneamente, afirma a autora. Ao tratar destas questões, e sobretudo de como explicar o aumento constante do número de mulheres na magistratura, Eliane enfrenta e propõe uma séria discussão sobre algumas categorias, perpassadas pela ótica de gênero, tais como a de poder e autoridade, autonomia, divisão sexual do trabalho, espaços público e privado-doméstico, além da questão da competição e da discriminação entre os gêneros e os pares. Destaca ainda como este debate atua na produção de mecanismos e de estratégias que interferem nos padrões decisórios, isto é, de como as diferenças de gênero estão postas nas decisões e nas sentenças, seja de forma explícita ou não, isto é, com maior ou menor visibilidade.

O texto de Cristiane Lasmar, *Mulheres Tukanos e a Urbanização no Alto Rio Negro*, também se direciona a uma leitura não unilateralmente vitimizante das mulheres, ainda que a

autora não desenvolva o tema. Escrevendo sobre a violência sexual contra mulheres indígenas na região pesquisada, afirma. "Soa um tanto paradoxal que, num ambiente marcado pela disponibilidade feminina para o sexo, os homens brancos recorram a mecanismos de coação física. Certamente a perspectiva dos agressores não é idêntica à das vítimas, mas não podemos deixar de lado a possibilidade de que haja zonas de comunicação, códigos engendrados no contexto da interação (não marcada pela violência) entre os homens brancos e as mulheres indígenas e que se relacionem em alguma medida com a ocorrência desse tipo de agressão. Isso não significa dizer, de forma alguma, que as mulheres sejam violentadas porque assim o desejam e muito menos que a responsabilidade deva ser atribuída a elas. Antes, trata-se de chamar a atenção para o fato de que os amantes preferenciais eleitos pelas jovens indígenas fazem parte do grupo sexual em que estão seus agressores".

A autora enfatiza a forte resistência das mulheres tukanos aos apelos de mudanças. Dois exemplos significativos desta são a manutenção da culinária enquanto espaço feminino e as práticas e representações ligadas ao parto. O espaço doméstico continua a ser, mesmo na cidade de São Gabriel, onde as mudanças são mais aceleradas, de domínio feminino por excelência. Tanto assim que os missionários perceberam a importância de se promover rupturas dos indígenas com os padrões tradicionais de organização doméstica para que os valores brancos pudessem ser absorvidos.

O último artigo que comporia o terceiro eixo, é o de Auri Donato Costa da Cunha, *Relações de Gênero na Agricultura Familiar no Perímetro Irrigado de São Gonçalo (PB)*. O trabalho apresenta a discussão dos resultados da pesquisa realizada no sertão paraibano, sobre as mudanças decorrentes da introdução de 'novas' tecnologias nas relações de trabalho, na produção frutícola. Ou seja, em que medida a introdução de novas tecnologias na agricultura familiar teria contribuído para redefinir as relações de gênero e reorganizar a divisão sexual do trabalho no interior do grupo doméstico.

A autora realizou uma densa pesquisa empírica na região através das trajetórias dos grupos familiares que se instalaram nas áreas de irrigação no início dos anos 70. Ao analisar os componentes fundamentais desse processo, como as relações trabalho, o uso do lote, a morada, e o mercado, verificou que a organização das atividades econômicas, a organização

das relações de trabalho das famílias assentadas, a distribuição das atividades e tarefas entre os membros da família, e as práticas de sociabilidade existentes, concomitantes com o acesso das mulheres à educação e às novas tecnologias, principalmente dos membros mais jovens, as condições de melhoria de vida das famílias, geraram um novo estilo de vida, que trouxeram mudanças nas relações entre os gêneros que redefinem os papéis sociais e a divisão sexual do trabalho.

Os últimos quatro artigos que fecham o livro compoariam o quarto eixo, referido aos domínios da educação e da docência. Este campo disciplinar, previsto como prioritário no VII Concurso da Fundação Carlos Chagas, esteve bem representado por estes quatro trabalhos.

Diana Gonçalves Vidal escreveu o artigo sobre a Sexualidade e Docência Feminina no Ensino Primário do Rio de Janeiro (1930-1940). Este texto analisa, com base em estudos e fontes históricas do início do século, a expansão da escola e da educação pública, a situação de formação e as condições do exercício da profissão de docência, na cidade do Rio de Janeiro nas primeiras décadas deste século. Isto foi realizado através de dois mecanismos: a expansão da distribuição geográfica das escolas e a extensão de sua influência na sociedade.

Diana destaca a importância da formação da professora primária e do papel da docência, relacionados a um espaço escolar num contexto urbano em plena formação e sobretudo muito desafiador. Preocupação também explorada com a relação pedagógica e disciplinar do(a) professor(a) com o aluno(a) e também com a sexualidade, pois na maioria das vezes a professora se transvestia com atributos tidos como masculinos para melhor se proteger.

Assim, nas décadas de vinte e trinta, o movimento de demarcação das novas fronteiras escolares acompanhava a diversidade e a expansão da cidade do Rio de Janeiro e o que nela se apresentava, como cenário de vários tipos de formações e deformações de valores, de padrões e de comportamentos morais, presentes nas relações e nas sociabilidades entre os gêneros, que demarcam e atuam na condição de formação e atuação da mulher no magistério.

O investimento público no projeto educacional - de formação de professores e de ensino de alunos-, além de alargar as fronteiras escolares, começava a expandir-se e pela primeira vez no Brasil, em 1932, o preparo docente para atuar no ensino primário foi elevado a nível superior. Criou-se a primeira Faculdade de Educação,

que formaria as futuras professoras. Porém, a despeito das diferenças sociais, a escola não era apenas produtora de conhecimento e de informação, “mas gestora de novos comportamentos, sociabilidades e de representações de alunos, professores, pais, vizinhos e cidadãos, estabelecendo uma interlocução mais ampla com a cidade e seus espaços”.

O curso de formação para o magistério do Instituto de Educação era predominantemente feminino (mais de 90% dos alunos eram mulheres). Esse fato estabeleceu um vínculo com a cidade e seus espaços e despertou questões sobre como foram se construindo os comportamentos das professoras, as novas relações entre professora, profissão docente, escola e espaço urbano, vistas como **neutras e naturais**. Tática para resguardar as mulheres dos perigos de evidenciar sua sexualidade.

A autora destaca enfim, na análise, a percepção do professor pela ótica de gênero e ao sexualizar a docência percebe a complexidade das relações sociais estabelecidas no interior da instituição escola, de forma a percebê-las como perpassadas por questões relativas à sexualidade feminina, masculina, infantil e adolescente, situando o discurso sobre a docência na esfera da neutralidade dos papéis funcionais, pois não se considerava papel/função de professoras circular livre e solitariamente por todas as partes da cidade e menos ainda socializar meninos na puberdade.

Na mesma direção, Entre o Desencanto e Paixão: desafio para o magistério, de Cláudia Vianna, examina a condição de **ser e estar professor(a)**. Em outras palavras, procurou responder a duas questões: como um grupo de professores(as) paulistas da escola pública do ensino fundamental e médio vêem a condição da docência nos anos 90, considerando o que pensam sobre seus pares, o Estado e as políticas educacionais. A autora enfatiza ainda os valores masculinos e femininos que ‘orientam’ e que ‘articulam’ as trajetórias profissionais e os projetos futuros desses professores. Como o próprio título informa, através dos depoimentos, o texto foi articulado pelo olhar do desencanto e pela força da paixão. Sentimentos nem tão contraditórios se lidos no contexto da educação paulista pública e certamente também nacional.

A autora aponta um debate muito interessante, no qual discute a desvalorização da profissão de professor e da função educativa, relacionadas às diversas formas de humilhação, de injustiças, de descaso e de degradação que ambas vêm sofrendo atualmente. As trajetórias

profissionais narradas são ricas em exemplos de descrença nas instituições e nas políticas públicas educacionais. A maioria das críticas ao poder público e às instituições educacionais reivindica maior prioridade à educação, cobrando o reconhecimento de sua importância, a valorização salarial do professor e a melhoria das condições de trabalho. Nesse cenário de humilhação e de desencanto, paradoxalmente, o professor(a) convive com o prazer e o encanto de dar aulas, de sentir-se bem trabalhando como tal.

Pelo olhar de gênero, a autora demonstra que os processos de **naturalização** da profissão para o feminino não se desfizeram ainda e são justificados pelas próprias mulheres, pelo **dom, vocação, desde criança, desde sempre**. Tais naturalizações tomam novos significados mas permanecem. A explicação trazida privilegia o processo de socialização, no qual são veiculados os valores e os significados determinantes na escolha da futura profissão. Estes são plurais e contraditórios, tanto para o masculino como ao feminino. Portanto, a reflexão, na perspectiva das relações de gênero, se move nessa gangorra do desencanto e da paixão.

Marisa Vorraber Costa e Rosa Maria Hessel Silveira escreveram o artigo *A Revista Nova Escola e a Constituição de Identidades Femininas*. As autoras estudaram a *Revista Nova Escola*, publicada no período entre 1990 e 1996. Caracteriza-se como uma publicação periódica dedicada especificamente ao segmento de 'professores em exercício', ou seja, dirigida ao 'professor em sala de aula'.

O estudo propôs-se analisar uma das práticas da ação da mídia no campo educacional, destacando a importância de "sua produtividade no que se refere à formação das subjetividades femininas das professoras e à constituição e fortalecimento de certa feição de sua identidade social". O texto discute com competência questões instigantes no campo da docência, tais como "as complexas e fecundas relações que podem ser estabelecidas entre a categoria de gênero - destacando o feminino-, e os atributos que, discursivamente, vêm sendo a ele atribuídos; ao mesmo tempo a natureza de uma discursividade dirigida que se reporta ao 'fazer docente', no ensino de primeiro grau". Em outras palavras, destacamos a influência e a importância dessa publicação na desconstrução das desnaturalizações tão bem arraigadas entre feminino e docência, entre magistério e mulher, como 'identidades fixas', bem demonstradas no artigo precedente de Cláudia Vianna. Estas essencializações ainda ocupam espaço

como "discurso que contribui para a produção das subjetividades, nos meios de exercício do trabalho docente e não tanto nos processos de formação docente". São analisadas com consistência teórica as representações referentes à "suposta harmonia entre a afetividade feminina e o 'caráter' da docência", destacando-se todas as facetas dessa relação.

O último artigo, *Gênero e Trabalho Docente*: em busca de um referencial teórico, de Marília Pinto de Carvalho, tem um caráter mais teórico. Parte do suposto de que há uma tendência nos estudos relativos à educação, de tomar **afeminilidade** como única e homogênea e pressuposta em todas as mulheres. Esta 'corrente' centrada no feminismo da diferença, bem desenvolvida nos anos 80, especialmente nos EUA, enfatiza "as diferenças entre homens e mulheres, tomando cada grupo como homogêneo internamente, em que a idéia do feminismo dos anos sessenta predominava, ou seja, da igualdade entre os sexos". Influências desse pensamento tiveram importância significativa para as pesquisas sobre educação.

A autora propõe-se discutir criticamente as influências desse tipo de pensamento na educação, destacando que a incorporação da noção de gênero tem sido feita de maneira pouco explorada em termos teóricos. Para tal, debruça-se sobre algumas das autoras mais citadas do **feminismo da diferença**, cuja principais representantes são Nancy Chodorow (*Psicanálise da Maternidade*: uma crítica a Freud a partir da mulher - 1990) e Carol Gilligan (*Uma Voz Diferente*: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância e à idade adulta - 1982). A partir do referencial dessas autoras, concentrando-se sobretudo na primeira, são discutidos os principais aportes teóricos às categorias conceituais de gênero (Chodorow discute o sistema sexo-gênero, percebendo-o na sociedade como um sistema de produção e de reprodução, cujo núcleo central, em qualquer sociedade seria a família e a organização dos cuidados maternos e paternos), caracterizando com isso uma diferença precária entre mulher e gênero. Essa concepção remete a outra categoria, a de público e privado.

Finalizando, destacamos a criatividade da coletânea pela atualidade do debate teórico e metodológico das relações de gênero; pela multiplicidade de olhares que reconstrói o movimento, a dialética e a fluidez do real.